

An abstract painting of a face, rendered in a style reminiscent of Vincent van Gogh's 'Self-Portrait with Bandaged Ear'. The face is composed of various colors: a blue forehead, a white nose, a red mouth, and a yellow and white beard. The background is a dark, textured blue with some green and yellow accents. The overall style is expressive and textured.

35  
anos **CRP**<sub>RS</sub>

 **CRP**<sub>RS</sub>  
CONSELHO REGIONAL  
DE PSICOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL

EDIÇÃO COMEMORATIVA AOS 35 ANOS  
DO CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL



Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (2010)  
Edição comemorativa aos 35 anos do CRPRS, completados em 2009

Presidente: Loiva Maria de Boni Santos  
Vice-presidente: Clarice Moreira da Silva  
Tesoureira: Clair Ana Mariuza  
Secretária: Eduarda Coelho Torres

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Zillioto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Ramminger.

Jornalista responsável: José Antônio Leal / Mtb 10375  
Edição: José Antônio Simch da Silva  
Colaboração: Liliana Rauber e Bruna Ostermann  
Projeto gráfico, diagramação e editoração: Cristina Pozzobon (Lavoro CM)  
Impressão: Ideograf  
Tiragem: 14.000 exemplares  
Distribuição gratuita

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:  
Sede Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301  
CEP 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799  
crprs@crprs.org.br  
Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33  
CEP 95034-000 – Fone/Fax: (54) 3223-7848  
caxias@crprs.org.br  
Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304  
CEP 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197  
pelotas@crprs.org.br

Todas as obras apresentadas nesta publicação foram produzidas por usuários de serviços de Saúde Mental e concorreram ao I Prêmio Cultural Claudinho Gomes.

4

APRESENTAÇÃO

6

HISTÓRIA

*Memória dos territórios percorridos*

8

ÉTICA

*Reflexões sobre a ética profissional*

10

POLÍTICAS PÚBLICAS

*A Psicologia e desafio do compromisso social*

13

SISTEMA PRISIONAL

*Laço social e prisão: que tem o psicólogo a ver com isso?*

16

OUTRAS PALAVRAS

*Diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*

19

PSICOTERAPIA

*Fazendo bom uso da amplitude das experiências*

22

EDUCAÇÃO

*O desafio da inserção e da qualificação*

25

RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS

*Inovações através da Interdisciplinaridade*

28

COMUNICAÇÃO

*Muito mais que uma frase*

30

RELAÇÕES DE TRABALHO

*Uma questão interinstitucional*

32

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

*Um fazer fundamental dos psicólogos*

No céu da pátria, eram ainda pesadas e cinzentas as nuvens da repressão e da ditadura militar instalada dez anos antes, quando houve a criação e a posse da primeira diretoria do CRPRS, em sessão solene na Assembléia Legislativa do Estado a 27 de agosto de 1974. Mas, além da questão política e institucional – quando as autoridades encaravam com desconfiança qualquer tentativa de organização de trabalhadores ou profissionais -, sobravam aos psicólogos gaúchos dificuldades de ordem prática e financeira. “Estes primeiros períodos foram de construção da infra-estrutura física, pessoal e operacional. Nosso objetivo era avançar numa batalha enorme, pela criação da profissão, e que ela tivesse respeitabilidade e espaço social”, diz o primeiro presidente do CRPRS, Cícero Emídio Vaz, num dos depoimentos dos ex-presidentes que enriquecem esta edição.

Três décadas e meia depois, não é difícil constatar que inúmeras foram as conquistas alcançadas pela categoria. Não há dúvida, por exemplo, de que a consolidação da profissão em todo o Brasil e igualmente no nosso estado é hoje uma realidade, com espaço e

respeitabilidade social definidas. Para isso, foi fundamental a atuação, o esforço e o engajamento pessoal de quase duas centenas de psicólogos e psicólogas que, ao longo deste tempo, compuseram as 11 gestões do CRPRS na qualidade de conselheiros – não raramente abrindo mão de compromissos profissionais, de períodos de lazer e convívio familiar para se dedicarem a fortalecer nossa entidade e nossa categoria.

Cabe destacar, talvez, o processo que possibilitou que o Conselho pudesse adquirir sua primeira sede própria do Conselho, lembrado pela ex-presidente Dulce Motta Cordioli, em depoimento no vídeo-documentário “CRPRS – 1974-1986”, cuja fala está reproduzida nesta edição: “Estávamos com medo de arcar com as despesas da compra do imóvel, e o CFP nos concedeu um aval no valor de 2 milhões de cruzeiros, na época, para realizar a compra – mas decidimos não utilizar esse crédito. Abrimos mão de receber jetons, diárias, economizamos com papéis, material, juntando tudo com o fundo deixado pela gestão anterior, e assim conseguimos adquirir a sede com recursos próprios do CRPRS. Contamos com a colabora-

ção tantos dos conselheiros quanto da categoria dos psicólogos – aquele foi um momento em que todos se deram as mãos”.

Pode-se dizer que este espírito de cooperação vem sendo uma das marcas mais poderosas a alavancar a trajetória do CRPRS durante todo este tempo. Cooperação e solidariedade, no entanto, que não se limita às causas internas e às demandas setoriais da categoria – mas que espalha-se para a toda a sociedade, da qual fazemos parte e onde nossa intervenção e participação pode fazer a diferença, numa visão coletiva. Neste aspecto, cabe destacar o compromisso intrínseco do Conselho e dos psicólogos gaúchos com a promoção e a defesa dos direitos humanos, onde quer que estejam sendo desrespeitados (populações indígenas, agricultores sem terra, crianças e adolescentes, prisioneiros, usuários de drogas, portadores de sofrimento mental, violência doméstica contra a mulher, etc.).

Nesta publicação - além dos depoimentos de ex-presidentes do Conselho e de uma “linha do tempo” destacando fatos importantes na trajetória da categoria no RS e no Brasil - você vai encontrar também artigos

que abordam ações e temas desenvolvidos por grupos de trabalho ou comissões sediadas no CRPRS, ou relativas à áreas de interesse dos psicólogos, da psicoterapia ao sistema prisional, da história à residência multiprofissional em saúde, por exemplo.

Sabemos hoje que, à medida em que a sociedade contemporânea evolui em termos de novas tecnologias, em especial na área das comunicações, invadindo para o bem e o mal todos os espaços, modificando hábitos e comportamentos, mas também aprofundando desafios e dilemas como o excesso de consumo e a degradação ambiental, ou a falta de referenciais a dar significado às ações, sonhos e desejos da maioria da sociedade, mais percebemos o papel basilar da psicologia: para além dos aspectos clínicos, nossa profissão só conquistará maior relevância à sociedade na medida em que forem reafirmados nossos compromissos éticos, estéticos e políticos. Como, por certo, continuaremos a fazer pelos próximos 35 anos, no mínimo.

Parabéns a todas e todos psicólogos gaúchos!  
E uma boa leitura!





# Memórias dos territórios percorridos

Aline Hernandez,  
Helena Beatriz Scarparo,  
Itala M. Suarez de Puga,  
Karen Eidelwein,  
Lucio Garcia, Lílina Rauber,  
Letícia Gianechini,  
Maria da Graça Jacques

O Grupo de Trabalho em História da Psicologia deste Conselho Regional tem se dedicado a dar visibilidade a histórias e memórias da psicologia no Estado, tendo em vista as possibilidades de refletir sobre a construção da profissão no presente. No desejo de contar e divulgar histórias da psicologia no Rio Grande do Sul, além de conhecer o que guardam os seus silêncios, passamos a escutar depoimentos, examinar imagens, rastrear documentos e promover diálogos acerca dos territórios percorridos.

Adentramos espaços de experiências até então desconhecidos, que disponibilizavam memórias de diferentes perspectivas de inserção da psicologia na sociedade. As narrativas desenhavam cenários nos quais antagonismos, parcerias, sentidos contraditórios, certezas, dúvidas e lutas conviviam como marcas dos movimentos de instituição da profissão.

## Relevância social

Nesses, sujeitos desejosos de consolidar um lugar de relevância social para o psicólogo apressavam-se em instituir oficialmente espaços de atuação e consolidação da área. Cada documento examinado, cada olhar, cada fala ou demanda para composição da história mostrava o complexo dinamismo do desejo de transformar e fazer valer idéias



e ideais muitas vezes contrapostos. O espaço de experiência conquistado evidenciou que o âmbito político – lugar de desejar, significar, existir e transformar – não pode ser ignorado quando nos propomos a abordar as relações humanas. Essa condição se intensifica na medida em que nossa profissão se caracteriza por dedicar-se às emoções ou processos subjetivos que compõem as experiências de conviver.

O resultado do trabalho do GT até aqui tem corroborado o pensa-

mento de que nossa profissão (intencionalmente ou não) participou e participa da construção das mudanças que interferem nos modos de ser e viver na sociedade. Não cabem descrições neutras ou assepsias quando nos referimos a uma prática que se dispõe a habitar o território das emoções. Essas podem descrever apatia, indignação, paixão ou repulsa, exemplos contundentes de posicionamento e marcas definitivas da presença da dimensão política no agir psi.

Assim, podemos afirmar que a psicologia e seus recursos são dispositivos de inserção, intervenção e transformação dos modos de ser e viver. Como decorrência, somos protagonistas e, como tal, participantes da construção cotidiana das relações sociais.

## Projetos de transformação

Ao completarem-se 47 anos de regulamentação da profissão no Brasil e 35 anos da instituição do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, vislumbramos a construção da profissão marcada pela diversidade. O fazer profissional tem sido instrumento para comunicar diferentes modos de ver o mundo e, conseqüentemente, articular distintos projetos de transformação das relações sociais.

Durante todos esses anos, muitos deles maculados pela repressão radical à vida civil e ao livre pensar, variados modos de pensar, planejar e agir na psicologia foram articulados. Psicólogos e psicólogas optaram por determinadas posições políticas e efetivaram práticas por elas justificadas. Como categoria profissional, contribuimos para transformar contextos e, ao mesmo tempo, trabalhamos no sentido de promover permanências. De um lado, promovemos possibilidades de enxergar as especificidades do sentir humano numa sociedade marcada pela idéia de progresso a qualquer custo; por outro, geramos práticas de “psicologização” da vida através das quais se pode administrar, construir e regular ações humanas individual e coletivamente (Rose, 2007). Nossas histórias contam trajetórias do jeito humano de ser e conviver.

## Perplexidade e urgência

Se associarmos essas idéias às características atribuídas ao tempo em que vivemos, logo se impõe ao “olhar psi” o discurso da crise que assola o tempo presente. Tal crise atravessa os paradigmas e gera incertezas, passa pelos antagonismos presentes na cultura do consumo e indica a efervescência atinente a uma

sociedade narcisista, com práticas voltadas para a satisfação imediata. Todas essas perspectivas apontam para a perplexidade e para a urgência – o que nos leva a questionar os lugares ocupados pela memória num tempo, fascinado pelo instantâneo.

Contemporaneamente, é cada vez mais frequente a demanda para que a psicologia se insira em processos de elaboração, gestão e avaliação de políticas sociais, em diferentes áreas e setores de atuação. Podemos citar, como exemplo, a inserção nas políticas públicas de saúde e assistência, bem como a atuação em projetos do Terceiro Setor. Em cada uma dessas experiências ocorrem tensionamentos para flexibilizar fronteiras de poder, exercício político imprescindível para quem quer contribuir com a produção de espaços sociais geradores de autonomia.

## Rompimento cotidiano

Trata-se, então, de assumir a criação a cada dia, o que implica viver e favorecer processos críticos e dialógicos, de rompimento cotidiano com rituais e rotinas impeditivas do livre pensar. Nesse sentido cabe salientar que criação implica a produção do novo, o que não significa construir espaços de relação desprovidos de memória. Como afirma Gamsom (1992), é na efervescência da memória que exercemos a possibilidade de inventar. Essa implica a mobilização de lembranças, afetos e significados que possibilitarão articular reflexões críticas acerca das marcas de cada época, das práticas postuladas e exercidas e dos efeitos de cada ação-intervenção. Cabe então perguntar sobre as diferenças com as quais desejamos marcar o tempo presente, e sobre a história da psicologia que estamos construindo.

## REFERÊNCIAS

- Gamsom, W. A. - Talking politics. Cambridge: University of Cambridge Press, 1992.  
Rose, N. - Psicologia como Ciência Social. Psicol. Soc.vol20, n.2 Porto Alegre May/Aug. 2008.

## Cícero Emídio Vaz (Gestão 1974-1977)

### Construção da infra-estrutura do Conselho

“Onde, como e com que recursos instalar nosso Conselho Regional de Psicologia? Estes eram nossos primeiros e maiores desafios quando assumimos a presidência do Conselho em 1974. Fizemos vários contatos e conseguimos uma sala modesta com a Fundação Gaúcha do Trabalho, na Av. Salgado Filho, 366. Tinha só um mobiliário básico, e com a taxa das inscrições conseguimos comprar telefone, máquina de escrever... A instalação oficial, dia 27 de agosto de 1974, contou com sessão solene na Assembléia Legislativa do Estado. Nosso objetivo era avançar numa batalha enorme, pela criação da profissão e que ela tivesse respeitabilidade e espaço social. Acho que o Conselho nasceu bem: eu via ali uma criança de enorme futuro. E vejo com muito orgulho que minha projeção se realizou.”

Criação do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os primeiros conselheiros são indicados pelo Conselho Federal de Psicologia, e a entidade fica sob a tutela do Ministério do Trabalho. Os primeiros trabalhos do CRP 07 vão no sentido da conscientização dos psicólogos sobre o código de ética no exercício da profissão.

1974

1979

Durante a 2ª Gestão, os psicólogos do Rio Grande do Sul lideraram um movimento político contra a Lei Julianelli – medida que dava aos médicos exclusividade em áreas da saúde, como se pretende com o Ato Médico atualmente. Partiu do CRPRS a articulação dos demais conselhos profissionais de profissões ligadas à área, na qual foram feitos contatos com políticos para que o projeto fosse abortado.



# Reflexões sobre a ética profissional



Antônio Vicente Martins,  
Ceres Simone Simon,  
Clair Ana Mariuza,  
Clarice Moreira,  
Helóisa Loureiro,  
Letícia Giannechini,  
Lucio Garcia

Todos nós, de um jeito ou de outro, pautamos o nosso agir profissional por normas ou regras provenientes dos chamados códigos de conduta profissional ou códigos deontológicos de uma determinada profissão. As profissões ou classe de trabalhadores sempre se pautaram por princípios, códigos, juramentos, etc. Objetivavam estabelecer limites e manter o reconhecimento da classe profissional. Assim, normalmente nas questões relacionadas à ética profissional, surgem expressões tais como disciplinar e fiscalizar, presentes na totalidade dos códigos e procedimentos disciplinares.

Especialmente em saúde, fica difícil estabelecer uma conduta adequada somente a partir de uma lista de regras, ou seja, de um código de ética (uma reunião de artigos), pois a atividade profissional em saúde extrapola os limites do código. Assim, a reflexão sobre um conflito moral no exercício profissional exige um estender-se para além da técnica, reconhecendo o valor da vida humana na sua totalidade e na conquista de direitos.

## Princípios Fundamentais

Os Princípios Fundamentais que estão presentes no preâmbulo do Código de Ética são grandes eixos que procuram dar sustentação a todos os artigos presentes naquele ordenamento. As mudanças das relações humanas, as evoluções das ferramentas técnicas, além do estabelecimento de novas maneiras de entendimento do sujeito, fazem com que tenhamos que recorrer a uma profunda

reflexão sobre nosso trabalho. Muitas situações são novas e não estão contempladas por regramentos deontológicos (e nem poderiam estar previstas). Como exemplo, toda a questão da virtualidade das informações e contatos humanos mediados por computador, das relações que não se estabelecem no presencial, mas que são reais, e, consequentemente, podem gerar conflitos, sofrimento e necessidade de intervenção técnica. Podemos então destacar a importância de uma escuta atenta, sensível e responsável das representações apresentadas à Comissão de Ética.

Um Código de Ética profissional retrata o conjunto de princípios e normas éticas que estabelecem, em determinado momento histórico da profissão, a conduta profissional esperada frente à sua demanda de trabalho. O Código de Ética é um conjunto de regras, uma prescrição deontológica de postura e ações que o profissional

está obrigado, enquanto lei, a cumprir e respeitar. Disciplinando em parte a conduta deste profissional, mas diferenciando, apesar do caráter jurídico, do puramente legal. Entendemos o Código de Ética como um estatuto de princípios éticos e morais. Dentro deste contexto destacamos ainda a importante contribuição trazida pelo Código de Processamento Disciplinar (CPD) que recentemente teve seu texto ampliado através de comentários esclarecedores que auxiliam nossa prática. O psicólogo, em seu fazer, estará obrigatoriamente implicado quando, em sua tomada de decisão, exercitar a reflexão e compreensão do fato de ordem profissional e implicações éticas.

## “Comportamento profissional”

Reconhecemos como limitada a função de um Código de Ética de simplesmente ditar “comportamento profissional”, pois, para além do regramento, deve ser compreendido como gerador de reflexão. Assim temos que o regramento ético seguirá princípios e conquistas de direitos não só da classe profissional, mas de toda a sociedade organizada.

A função da Comissão de Ética no Conselho Regional de Psicologia está na análise e admissão de representações contra os psicólogos, fundamentada na verificação de inadequação ética e tipificação da conduta em artigo específico do Código de Ética Profissional. Esta função se constitui na difícil tarefa de estabelecer e diferenciar a conduta (intencional ou não) do autor (psicólogo) na análise dos fatos em questão.

## Dificuldades de enquadramento

Talvez fatos objetivos, como a elaboração de documento com título equivocado ou uso inadvertido de teste psicológico que por hora não esteja incluído como técnica aceitável, sejam matérias de fácil enquadramento, pois se apresentam como provas objetivas. O intrincado está em situações que envolvem a subjetividade do atendido e do profissional, na exposição de fatos íntimos e confidenciais, cujas manifestações emocionais e pessoais das partes estão necessariamente envolvidas. Desta forma, o compromisso da Comissão

de Ética se estabelece não só na relação com a profissão e com os psicólogos, mas também na garantia de direitos fundamentais dos atendidos. O compromisso social fica garantido a partir da legitimação das práticas ou, de outra forma, da responsabilização daqueles que não respeitam os direitos e garantias conquistadas pelos cidadãos.

## Média de denúncias

A Comissão de Ética tem recebido uma média de 20 denúncias por ano, analisando-se os últimos seis anos. As denúncias (também denominadas de representações) tratam de possíveis irregularidades cometidas por psicólogos inscritos no Conselho, durante seu exercício profissional. Em sua maioria as representações referem-se ao questionamento de avaliações psicológicas realizadas em perícias judiciais, uso de testes psicológicos não validados, envolvimento de profissionais com pacientes, uso de técnicas não reconhecidas pela Psicologia enquanto ciência e profissão e elaboração de documentos escritos fora dos padrões definidos pela legislação da profissão.

Importante destacar que a Comissão de Ética instrui o processo, não julga. A instrução é constituída pela garantia da ampla defesa e possibilidade de escuta do profissional denunciado, oitiva de testemunhas e juntada de documentos. Estando o processo finalizado, após o término da instrução, caberá aos conselheiros o julgamento do mesmo, em data previamente agendada com as partes do processo.

## Linha do tempo das gestões

Finalizamos reconhecendo que os méritos do percurso da Comissão de Ética estão na linha do tempo de todas as gestões do CRPRS. Acreditamos que a Gestão PluralPsi colaborou efetivamente no expressivo número de processos julgados. Conselheiros, assessores técnicos e jurídicos formaram uma abrangente estrutura, compartilhando responsabilidades. Pensamos que os indicadores cada vez menores de denúncias devem-se ao trabalho conjunto que incrementamos nas orientações em várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

**Ney Medeiros**  
(Gestão 1977-1980)

### Consolidação da fiscalização profissional

“ Uma das principais ações de nossa gestão foi a reestruturação da administração do Conselho e a consolidação da fiscalização do exercício profissional, que até então praticamente não era realizada. Também deve ser destacado que no final da gestão obtivemos recursos junto ao CFP, completando o que havíamos arrecadado, e deste modo a gestão seguinte conseguiu efetuar a compra da sede própria, na avenida Oswaldo Aranha. Outra deliberação que tomamos foi que haveria um rodízio na presidência durante nossa gestão. Ainda devemos citar, como conquista de maior autonomia, que o CRP07 liderou um questionamento nacional das ações do CRP de São Paulo, que à época mandava e desmandava no Conselho Federal. Com isso, ajudamos a criar um modelo com maior equilíbrio entre todos os componentes. ”

A 3ª Gestão, a partir da colaboração de todos os psicólogos, fez uma importante aquisição para a categoria: uma sede própria. Localizada na Av. Osvaldo Aranha, em Porto Alegre, foi comprada com recursos próprios do Conselho Regional de Psicologia, que abriu mão de todas as despesas e economizou em todos os âmbitos.

1980

1981

Graças à atuação do Conselho e outras entidades, os profissionais de psicologia que atuavam na área de psicoterapia, tal qual médicos psiquiatras, tiveram o direito de emitir recibo que isentasse no Imposto de Renda. A mobilização partiu do CRP em parceria com o Sindicato dos Psicólogos e com a Sociedade de Psicologia do RS e de outros Estados. À época, foram feitas visitas e enviados telegramas através de um núcleo de mobilização que distribuía um texto em defesa desta medida.



# A Psicologia e desafio do compromisso social

Ivarlete Guimarães de França e  
Sílvia Giugliani

A Psicologia tem sido chamada para contribuir em diferentes debates, e desafiada a produzir sobre suas interfaces, nos diversos campos das Políticas Públicas. Entendemos necessário desenvolver uma compreensão ético-política sobre a nossa intervenção e implicação social. Para refletir sobre a inserção do psicólogo no campo das Políticas Públicas, tomamos como base a Psicologia Sócio-Histórica no Brasil, que se caracteriza, fundamentalmente, pela crítica à visão liberal de homem, onde este é visto como ser autônomo, responsável pelo seu próprio processo de individuação, numa relação de antagonismo entre homem e sociedade, em que esta faz a eterna oposição aos anseios que seriam naturais do homem e à uma visão de fenômeno psicológico, na qual este é tomado como uma entidade abstrata que tem, por natureza, características positivas que só não se manifestam se sofrerem impedimentos do mundo material e social. O fenômeno psicológico, visto como enclausurado no homem, é concebido como um verdadeiro eu.

Sob o prisma destas concepções liberais, construíram uma ciência na qual o mundo psicológico foi completamente deslocado do campo social e material. Esse mundo psicológico passou, então, a ser definido de maneira abstrata, como algo que já estivesse dentro do homem, pronto para se desenvolver, semelhante a uma semente que germina, abolindo da Psicologia as reflexões sobre o mundo social. A psicologia Sócio-Histórica busca construir uma concepção alternativa à liberal, reconhecendo no sujeito sua existência concreta e sua dependência material (BOCK, 1999). Desta forma, ao refletirmos acerca do lugar do psicólogo nas políticas públicas, precisamos entender que o seu desafio vai além da atenção psicológica; é preciso formular políticas capazes de atender as demandas sociais numa perspectiva sócio-histórica, de sujeitos contemporâneos, como parte



de uma sociedade desigual onde a satisfação das necessidades se inscrevem no campo social.

## Implicação dos psicólogos

A implicação da Psicologia com as Políticas Públicas tem proporcionado profundas reflexões, provocando mudanças substanciais na construção das práticas psi, procurando desbravar as fronteiras da exclusão social, "chama (...) a atenção para invenção de movimentos de ruptura que gerem outros modos de subjetivação como imprescindíveis para qualquer mudança efetiva da realidade" (BENEVIDES, 2002, p. 135). Acompanhando estas rupturas sociopolíticas e conjunturais que (des)constróem e (trans)formam o tecido social, que em algum momento e em determinada medida são atravessadas pelas políticas públicas, para além do desenvolvimento da prática, os profissionais se deparam com posicionamento ético-político que defendem políticas, conferindo materialidade aos direitos humanos. Para alcançar a materialidade desse direito é preciso acompanhar os avanços na implantação e na continuidade das redes de dispositivos públicos de atenção, que atendam as demandas de saúde, assistência, educação,

habitação, trabalho, estabelecendo interfaces com a justiça e outros campos onde os psicólogos estejam inseridos ou se sentem convocados a participar.

Procurando acolher o sofrimento gerado por uma demanda social que cresce desproporcionalmente na periferia da vida, a procura de satisfação para suas necessidades mais elementares de sobrevivência, que por vezes não são atendidas, com a devida suficiência necessária, resta à Psicologia, quando inserida no campo das políticas públicas, indagar sobre presença ou ausência do estado como responsável por prover as necessidades dos cidadãos. Para enfrentar este desafio e assumir uma postura crítica, frente ao sofrimento gerado pela existência em uma sociedade desigual que exclui e separa os sujeitos por grupos e classes sociais, SILVA, 2003, nos aponta que os psicólogos precisaram superar, "uma história que foi de omissão patrocinada pelo conforto no qual se instalaram enquanto grupo social, marcada pela alienação frente aos elementos que constituem a realidade da sociedade na qual vivemos. Esta história se impõe ainda hoje como um poderoso obstáculo para que os psicólogos avancem em direção à transformação da sua prática e da sua profissão" (p.17).

Tem-se, atualmente, nas políticas públicas um dos maiores campos de absorção dos profissionais da Psicologia, o que permite produzir significativa diversidade de práticas, provocando rompimento com o antigo modelo de atuação profissional – que se definia por áreas determinadas e rigorosamente delimitadas.

Cabe ressaltar que o lugar por onde procuramos discutir e problematizar as políticas públicas passa pelo reconhecimento de ações que visam o coletivo e podem ser executadas por governos, empresas privadas ou comunidade civil – e se torna importante fazer uma distinção entre políticas públicas, políticas de Estado e políticas de governo; que para estar implicado com as políticas públicas não é necessário ser "servidor público" (Journal Entrelinhas, dez., 2007), mas é mister postular uma psicologia que se reconheça pelo compromisso com a sociedade. "Esse compromisso social, no entanto, é algo ainda pouco definido como absolutamente consensual. Há um conjunto muito grande de concepções sobre a vontade desse vínculo com a sociedade, mas o que há de comum em todas as concepções é saber que o compromisso social oculta um projeto de psicologia que tem vínculo com a sociedade, onde desenvolve suas técnicas e práticas no sentido de responder às demandas e urgências de uma sociedade desigual, pobre, que ainda tem muito a conquistar para que possa dizer que aqui se vive em condições dignas. Portanto, compromisso social é a marca de um projeto no qual as políticas públicas se inserem, é um novo reposicionamento da psicologia na sociedade brasileira" (BOCK, 2005, p.09). Compartilhar esses espaços de vida, onde nada é tão simples, de complexidade crescente, que é efetivamente o tecido de constituição heterogênea inseparavelmente associada aos acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomênico, conforme ressalta (MORIN, 2007), onde os sujeitos se encontram e se deparam com a oferta e a negação dos direitos, as políticas públicas são eixos fundamentais para a sociedade, por tratarem de elementos chaves para promoção da qualidade de vida e da cidadania. Como reflexo disso, o tema das Políticas Públicas apresenta interface com todos os demais, que são recorrentes e que vão ocupando, gradativamente, um lugar significativo no CRPRS, com mere-

cido destaque nas últimas gestões.

## Construção coletiva

Na perspectiva de uma construção coletiva, a Comissão de Políticas Públicas do CRP é o espaço privilegiado de discussão que procura acolher e discutir as demandas produzidas nos diferentes espaços de inserção dos psicólogos nas Políticas Públicas de assistência, crianças e adolescentes, idosos, saúde, segurança pública e outras políticas de caráter transversal.

Neste contexto, atravessado pela diversidade de fazeres, saberes e práticas protagonizada pela categoria, na relação com o campo social, a Comissão de Políticas Públicas busca radicalizar o emergir de uma psicologia consequente, comprometida com os processos de inclusão e posicionada de modo crítico na via de servir, enquanto elemento analisador, que propõe colocar em xeque o compromisso político da gestão do Conselho com as políticas públicas.

## Controle Social

Investindo num processo de produção de conhecimentos e práticas, pactuadas na relação com o corpo social, trabalhamos no sentido de constituir e fortalecer a presença do psicólogo nas instâncias de Controle Social, inseridos em fóruns deliberativos e formuladores das políticas públicas.

A presença da Psicologia nas instâncias de Controle Social estabelece uma das vias que liga a Psicologia à sociedade, reafirmando o compromisso social e definindo seu papel político. Os Conselhos de Direitos não podem ser considerados como espaços únicos ou exclusivos de manifestação do papel político do psicólogo, mas são importantes e estratégicos por serem ocupados pela sociedade civil organizada, comprometida com as transformações políticas, econômicas e sociais e como nos aponta MORONI, 2000, os Conselhos "como instâncias da sociedade civil que encaram a participação como um direito humano, precisam enfrentar alguns desafios: reconstruir a arquitetura da participação, resgatar o papel político dos Conselhos, resgatar o papel de mobilização social das Conferências, respeitar a multiplicidade dos sujeitos políticos, reconhecer outras formas de organização e recolocar a questão da Reforma do Estado (p. 267-268). Além disso, temas sensíveis que di-

Nélio Seminotti  
(Gestão 1977-1980)

Orçamento do CRP  
em assembléia geral

“Gostaria de acentuar três questões que, segundo meu ponto de vista, foram destaque nessa gestão: A primeira foi a política de pôr em discussão o Orçamento do CRP07 em assembléia dos psicólogos, convocados para este fim específico. A proposta era no sentido de que a categoria dos psicólogos discutisse e decidisse a rubrica de destino da receita do CRP. A idéia deve ser creditada ao colega Francisco Pedro E. de Souza e posta em ação na minha gestão como presidente. A segunda foi a ação política de mobilização e coordenação das entidades da categoria dos psicólogos, e uma dezena de outras constituídas por profissionais da saúde, contra o denominado, então, Projeto Julianelli. Este deputado defendia um projeto de lei que limitava as ações de todas as profissões da saúde, favorecendo o ato médico. Quer dizer, um precursor de tantos outros semelhantes. Conseguimos fazer arquivar o projeto durante nossa gestão 1978-1981. Por último quero ressaltar a prática de eleição direta dos Representantes do CRP07, para o CFP. Até então, era indicação dos Conselheiros do CRP07.”

Foi lançada no mês de abril a edição número 1 do jornal do CRP, com notícias do Conselho e informações sobre cursos, seminários e encontros. Abril também marcou o primeiro encontro que reuniu o CRP 07 e os cursos universitários de Psicologia em Porto Alegre. Em outubro foram instaladas representações setoriais nas cidades de Pelotas, Caxias, Florianópolis e Blumenau, com a mobilização da categoria e a eleição de representantes naquelas cidades.

A participação dos psicólogos nas discussões da Assembleia Constituinte se reforça com mesas-redondas e mobilizações. A categoria defende, junto ao Movimento Gaúcho da Constituinte (MGC), a realização de uma assembléia exclusiva, na defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita, e pela representação parlamentar sob os critérios da proporcionalidade. 1985 foi o ano de preparativos para as eleições para conselheiro federal.



**Renato Maciel Zanini**  
(Gestão 1980-1983)

*Gestão participativa  
e compartilhada*

“ A gestão foi participativa e compartilhada. Dela fizeram parte colegas com diversas origens, especializações e de vários locais de trabalho. Ao relembrar acontecimentos relevantes ocorridos há tanto tempo, verifico que muitos conflitos são atuais. Na época nos defrontamos com duas difíceis situações externas: uma patrocinada pelo Conselho dos Administradores, que por meio de projeto de lei pretendiam que todas as funções de chefia fossem exercidas exclusivamente por administradores; e a outra, denominada “Projeto Juliane”, que era similar à ação que se apresenta agora sob a denominação de “Ato Médico”. Em parceria com os demais conselhos e órgãos de classe eliminamos – temporariamente – estas ameaças! Outros fatos de destaque foram a aquisição de sede própria – que muito nos orgulhou por seus diversos significados. Também incentivamos a criação de um Conselho específico para Santa Catarina. Cabe esclarecer que os fatos mencionados são realizações conjuntas com os conselheiros, efetivos e suplentes, e certamente da categoria, durante o triênio. ”

videm opiniões e que geram conflitos de idéias também necessitam fazer parte da agenda de debates dos Conselhos de Direitos, desafiando os psicólogos a refletirem de modo consistente, buscando formular seu posicionamento político junto às Instâncias de Controle Social onde atuam.

Avançando no processo de consolidação deste campo de intervenção, atualmente o CRPRS está constituído em 47 instâncias de Controle Social, em 34 municípios gaúchos. Destas representações, destacamos nossa presença nas instâncias de caráter estadual da Saúde e Assistência Social. Quanto às estruturas municipais, estamos presentes majoritariamente nos espaços que dialogam com estas políticas. Quantitativamente em menor número, mas comprometidos com a formulação e proposição de ações políticas, nos fazemos presentes também nos conselhos que tratam das questões da criança/adolescente, idosos, mulher. Nossas representações são acompanhadas de forma permanente, direta ou indiretamente pela Comissão de Políticas Públicas e suas interfaces regionalizadas.

#### Experiência do CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), implantado em 2006 no Sistema Conselhos, tem como objetivo ampliar o conhecimento e efetivar a formulação de referências para atuação profissional no campo das políticas públicas. Enquanto ferramenta de gestão, desenvolve ações para sistematizar e difundir informações qualificadas que relacionem a Psicologia com as Políticas Públicas, visando sensibilizar os gestores públicos e a sociedade, localizando contribuições efetivas da Psicologia neste campo de atuação. Uma conquista da categoria, o CREPOP desenvolve ações pautadas pela busca de uma aproximação efetiva com os psicólogos/as que atuam direta ou indiretamente no campo do social, e propõe que a Psicologia desenvolva uma prática sustentada pelo compromisso social, Direitos Humanos e com Políticas Públicas efetivas.

O CRPRS, através do CREPOP, investe na aproximação efetiva com os psicólogos que atuam nas políticas públicas, propõe ações de (re)conhecimento sobre a presença do psicólogo nas políticas públicas, sua inserção e práticas desenvolvidas. Através do CREPOP, são desenvolvidas estratégias de aproximação com áreas de

trabalho que contam com a presença do profissional. Dentre as ações destacamos a realização de pesquisa on line, encontros presenciais e articulações que envolvem as estruturas públicas governamentais e de controle social, investindo para que estas ações contribuam na formulação de Políticas Públicas voltadas aos interesses mais amplos da sociedade. Enquanto ferramenta de gestão, o CREPOP pode subsidiar ações que promovam um acesso maior da população aos serviços da Psicologia, intercedendo na ampliação da sua presença no campo das políticas públicas.

O CREPOP visa ser uma importante ferramenta na construção coletiva de espaços de reflexão e produção de conhecimento, não de forma pontual e finita, mas como movimento dinâmico que se reinventa sempre que necessário. Realizar e garantir este diálogo, para dentro e para fora do CRP, é fundamental, pois diz respeito a reconhecer as realidades que se apresentam, garantindo que ações destinadas às Políticas Públicas permaneçam presentes e vitais no espaço político dos CRPs. Acreditamos que o CREPOP está sendo uma importante ação desenvolvida pelo Sistema Conselhos, pois toma para si a responsabilidade de (re)conhecer esta realidade, suas contradições e potencialidades. É mais do que tempo de realizar a importante e necessária reflexão sobre o compromisso social da psicologia e de como estamos implicados na sua garantia.

#### REFERÊNCIAS

- BOCK, Ana Mercês Bahia; Gonçalves, Maria da Graça Marchina; Furtado, Odair (Orgs.) Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.
- BENEVIDES, Regina, Clínica Social: polaridades que se opõem-complementam ou falsa dicotomia; In: RAUTER, Cristina, PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (Orgs.) Clínica e Política: subjetividade e violação de direitos humanos. Rio de Janeiro: Te Cora, 2002, p.135.
- SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira, II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003, p. 17.
- BOCK, Ana Mercês Bahia, III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005, p.9.
- MORONI, José Antonio, O direito a participação no Governo Lula. In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (Orgs.) Participação, Democracia e Saúde. Rio de Janeiro: Cebs, 2009, p. 267-268.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Comissão de Políticas Públicas, Jornal Entrelinhas, ano III: n° 42, dez. 2007, p. 04.

## Laço social e prisão: que tem o psicólogo a ver com isso?

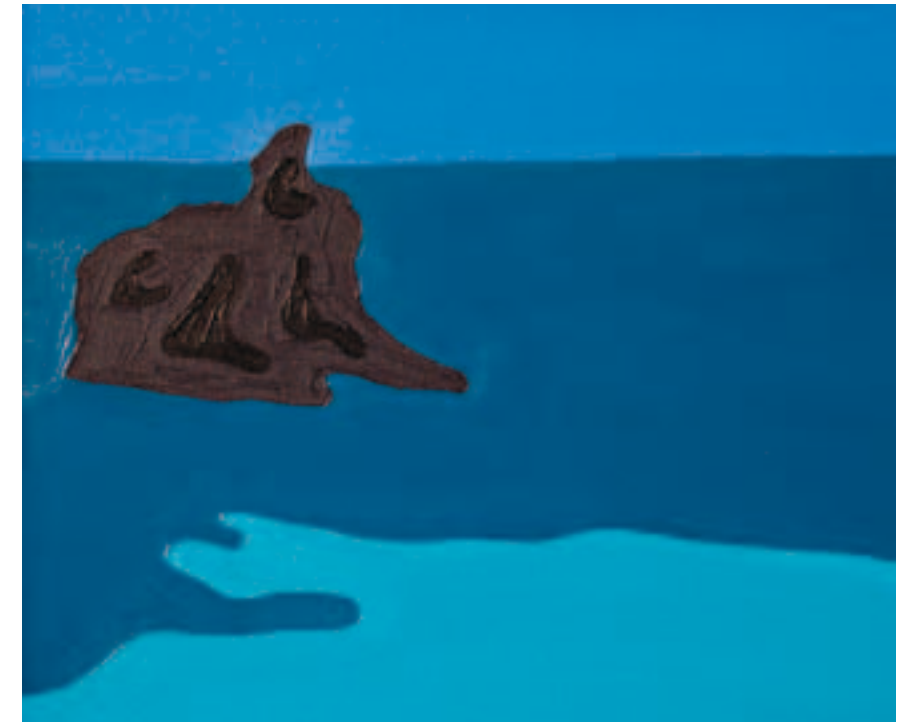
Ana Paula de Lima

A proposta de pensar os determinantes sociais da violência e da criminalidade em nosso país, hoje, é inerente ao fazer do psicólogo. Minayo (2004) aponta a produção social da violência, como determinante do crescimento dos índices que refletem a violência no Brasil. Destaca a autora, entre uma gama de fatores, o aumento do desemprego, sobretudo entre os jovens, o apelo ao consumismo, a ética do imediatismo, o aumento do tráfico de drogas e do uso de armas pela população, aliadas à corrupção, à impunidade e à falta de políticas estruturais como fomentadores da situação de conflituosidade que hoje se apresenta.

Assim, pensar a questão da violência, que marca a sociedade contemporânea, leva-nos a evidenciar o que soa como denúncia sobre algo que falha no laço social. O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Em 1995, tínhamos, segundo dados do DEPEN(1995) 148.760 mil presos no país. Em dezembro de 2006, os indicadores oficiais já apontavam uma população de 401.200 mil presos. No início de 2009, mantidas as taxas médias de elevação da massa carcerária observadas nos últimos anos, o Brasil se aproxima da marca do meio milhão de pessoas presas.

#### Estado penal

A criminalidade se apresenta de modo marcante em todas as unidades da federação. São Paulo “é o próprio estado penal”, diz-nos Batista (2008: 48), quando nos lembra que este Estado “tem hoje 140 mil presos (...) a prisão parece ter sido o principal projeto para a juventude popular...”. No Rio de Janeiro, um



verdadeiro estado de exceção configura as relações estabelecidas nos bairros periféricos entre milicianos, traficantes e a população, refere Zaluar (2008), ao lembrar-nos o que vem acontecendo para aqueles que já não cabem nas prisões superlotadas de nosso país.

No RS, conforme noticiado pelos meios de comunicação, a CPI do Sistema Prisional aponta o terror imposto às vidas que estão fadadas ao Presídio Central de Porto Alegre, dando a ver como se chega ao que num passado próximo foi o “massacre do Carandiru”. Configura-se a expressão máxima do tipo de organização atual de uma sociedade que está muito distante da garantia dos direitos fundamentalmente humanos, do ser humano.

#### Perfil específico

Estudos também apontam um

perfil bastante específico dos que vêm a cumprir pena no Sistema Prisional brasileiro. Neles, o destaque fica para os homens, negros, jovens, pobres e analfabetos ou com Ensino Fundamental Incompleto. Faz-se notar ainda que a reincidência ao crime e a dificuldade em por fim à execução penal são pontos comuns à grande parte dos que ingressam no Sistema Prisional.

Todavia, enquanto paralelamente os registros acerca de encarceramento e processos condenatórios crescem vertiginosamente, outro dado merece relevo: ao longo das décadas, as estatísticas assinalam um crescimento preocupante nos registros relacionados à criminalidade e violência. Se a medida encontrada para combate à criminalidade teria sido supostamente achada numa política de endurecimento de leis e encarceramento

O Conselho intensifica o trabalho de interiorização, com as eleições de representantes no maior número possível de regiões. As regiões norte (Caxias do Sul), planalto médio (Passo Fundo) e sul (Pelotas) do Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina elegem psicólogos para representar os interesses da categoria em cada região. A defesa da participação popular na Constituinte é reforçada em atos por todo o país. 1987 também marcou os 25 anos da regulamentação da profissão

O CRP 07, juntamente com o MGC, apoia a realização de eleições diretas para presidente da República em 1988. Inaugurada em 25 de março a sede da representação setorial da Região Sul em Pelotas. A sede da representação setorial de Santa Catarina é inaugurada em Florianópolis. Psicólogos pesquisadores de todo o país reuniram-se em março no I Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico.



**Lilian Arenhart**  
(Gestão 1983-1986)

*Ciência e cidadania  
como referências*

“ O grupo de psicólogos que decidiu concorrer neste período, em sua maioria, partilhava dos mesmos valores e crenças: ciência e cidadania como referências (era a época em que se lutava pela abertura política), proximidade junto aos profissionais, alunos, universidades e sociedade como um todo. Comunicação e transparência eram os instrumentos utilizados. Internamente, as decisões eram partilhadas e até mesmo os valores recebidos, igualando titulares e suplentes. A presidência do órgão, nesta mesma linha, foi exercida a cada ano por um dos conselheiros, eleito internamente, sendo mantida a mesma forma democrática de trabalho. A colaboração de inúmeros profissionais oriundos das diversas áreas da Psicologia, integrantes dos Grupos de Trabalho, qualificou muito os debates, as propostas e as transformações ocorridas. ”

sem precedentes, os números que marcam o incremento de notificações de violência havidas no Brasil indicariam a falência desta ‘política’ de combate à criminalidade.

O transitar dos sujeitos na pós-modernidade apresenta como característica a falta dos referenciais que antes se estabeleciam, e de algum modo norteavam as relações na sociedade. Na medida em que deixa de existir a referência através de um nome, novos meios de fazer-se sujeito e apresentar-se ao outro surgem no cenário social. Nesse rastro, talvez as grandes referências que se façam possíveis sejam o capitalismo, o consumo e a globalização, onde o status de cada indivíduo centra-se no que possa ele consumir e obter do número sem fim de novidades, tecnologias, produtos. Nesse sentido, percebe-se a violência em nossas cidades, a criminalidade crescente e o flagelo que estrutura o Sistema Prisional em nosso país como elementos que compõem um cenário onde o laço social e prisão não se excluem.

No Brasil, um sujeito que comete um crime e vem a inscrever seu nome num processo penal, recebendo uma condenação e passando a cumprir pena como forma de “responder” por seu ato, é a partir da Lei de Execuções Penais articulada às demais garantias de um Estado Democrático de Direitos, que será regido seu processo. Acrescenta-se a esta Lei, para que não seja mera “letra fria” (Silva: 2006), a pessoa do juiz e a pessoa do preso, que em algum momento do andamento do processo encontrar-se-ão, juntamente aos “operadores da justiça” (Santos:2007), a fim de que ocorra o abrandamento da pena. Esta Lei prevê o trabalho do Psicólogo nos estabelecimentos prisionais durante a execução da pena de um sujeito preso. Sua atuação pode contribuir na viabilização deste diálogo entre o sujeito preso e o juiz, o que em última medida fala do acesso aos significantes simbólicos da lei. Os desdobramentos deste acesso se referem ao próprio olhar do sujeito preso ao

laço social, bem como um olhar às suas vulnerabilidades, a possibilidade de responsabilização a posteriori em nome próprio, pelo seu lugar no mundo. Entende-se, por meio deste simbolismo que enreda o sujeito e a lei, aquilo que aponta para as possibilidades do sujeito haver-se com seu lugar na cidade, vez que em nosso país não existe prisão perpétua, e o sujeito preso deve retornar ao convívio social.

#### Fenômenos relacionados

Interessa-nos, portanto, dar visibilidade à criminalidade e à questão prisional sustentando que tais fenômenos se relacionam. A fragilidade das redes sociais que envolvem estes sujeitos dá consistência a um problema complexo, que precisa ser abordado com o sujeito preso, com os operadores da Justiça - trabalhadores do Sistema Penal e Judicial e sociedade civil, num processo que se faz desde laço social à prisão. A escuta, ferramenta do fazer do profissional psi precisa contemplar na Instituição Prisional a narrativa dos sujeitos, o que têm a dizer de sua história, trazer à tona isso que é em alguma medida deixado de lado sobre sua palavra.

Interroga-nos, sobretudo, a forma como uma sociedade pode se organizar para dar conta deste “estrangeiro” que habita o humano. Relegar a “campos de concentração para pobres” como nos diz Wacquant (2001) sobre as prisões no Brasil, parcelas da população que não servem ao consumo, ao movimento mercadocêntrico, não nos parece saída para lidarmos com nossas questões sociais.

Ao psicólogo na Instituição Prisional coloca-se o desafio de que esta profissão possa (re) inscrever-se, lançando luz ao enfrentamento das vulnerabilidades colocadas a quem cumpre pena de prisão em nosso país, ponto preconizado na individualização da pena e do tratamento penal previstos pela LEP e dimensionados nas “Diretrizes para atuação e formação do psicólogo no Sistema Prisional Brasileiro”.

A maior atenção à situação dos que vêm a cumprir pena e entram em sofrimento psíquico nas prisões comuns e, dos que recebem medida de segurança e são encaminhados ao manicômio judiciário, assume relevância. A partir dos desdobramentos do movimento antimanicomial e da implementação do Plano Nacional de Saúde para o Sistema Prisional, o enfrentamento que o estigma de “louco infrator” implica, faz ver uma dupla condenação: a pena de prisão que invisibiliza estes sujeitos frente ao valor que sua palavra possa abrigar.

A Psicanálise nos possibilita encarar o absurdo que desvela a própria impotência do sujeito frente ao aparelho de Estado ao qual cada indivíduo é submetido quando nasce. Com ela sabemos que a linguagem é que faz do homem humano, sujeito, e que não há objeto consumível que possa ocupar este estatuto para o ser. Em meio à lógica absurda do processo penal contemporâneo tem-se, assim, com a possibilidade de fazer uso da língua, perfazer caminhos. Contornar o estrangeiro que habita o humano, bordar o absurdo, avistar possibilidades, são desafios contemporâneos dentro e fora das prisões. A segurança pública pode buscar em políticas públicas como o SUS a construção de um diálogo outro, reconduzindo a questão prisional.

Redirecionar o olhar e o tratamento ao sujeito preso é algo ainda por se construir em nossa sociedade. Quando pudermos encarar os determinantes sociais da violência, viabilizar de forma mais equânime e universal saúde, educação, moradia, alimentação, vestuário, dignidade às nossas crianças, o próprio estrangeiro que nos habita já terá sido reinventado, e talvez até possamos dispensar das prisões.

#### REFERÊNCIAS

BARROS, F. O. de. Atravessar as fronteiras sem todo o processo. in COUTINHO, J. N. de M., et al. Direito e Psicanálise - Interseções a partir de O Processo de Kafka. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. (p 179-187)

BAUMAN, Z. Globalização as consequências humanas. trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.  
BAUMAN, Z. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.  
CALLIGARIS, C. À escuta do sintoma social in: Anuário brasileiro de psicanálise.  
CARTILHA. Falando sério sobre prisões, prevenção e segurança pública. Propostas do Conselho Federal de Psicologia para o enfrentamento da crise no sistema prisional”, Nov. 2008. XIV Plenário.  
CARVALHO, S. Pena e Garantias. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2003  
CARVALHO, Salo. As demandas no sistema de justiça criminal e o saber/fazer psicológico Entrelinhas. Jornal do Conselho Regional de Psicologia do RS. n. 39 maio/junho 2007.  
COIMBRA, C. A ditadura militar no brasileira (1964 -1985) e a profissão da Psicologia. Caderno. Democratização no sistema conselhos de psicologia. Mudanças na Lei 5.766/71. CFP-2008.  
COUTINHO, J. N. de M. et al. Direito e Psicanálise - Interseções a partir de O Estrangeiro de Albert Camus. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.  
DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO - Ministério da Justiça. DEPEN. CFP, Brasília: 2007  
DUFOUR, D-R. A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal KAFKA, F. O processo; organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.  
KEHL, M. R. Sobre ética e psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.  
KOLKER, T. Legislação em Saúde Mental in: Seminário Direito à Saúde Mental (2001: Brasília). Direito a Saúde Mental: seminário: regulamentação e aplicação da Lei nº 10.216 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2002, 119p.  
LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.  
LEI DE EXECUÇÕES PENAIS  
LIMA, A.P. Loucura na prisão. Jornal Segurança Hoje - Ano 2 - N. 4 de set., 2007.  
LOSICER, E. Debate: Psicanálise e Políticas Públicas, in: Correio da APPOA, Porto Alegre n. 158, jun. 2007.  
MELMAN, C. O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; Entrevistas por Jean - Pierre Lebrun; tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.  
MINAYO, M.C. de S. Abrasco. Violência e Saúde: Desafios Locais e Globais. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. v.11, 2006.  
RAUTER, Cristina. Clínica e Estratégias de Resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. Porto Alegre, 2006.  
RAUTER, Cristina. O Clamor pela solução penal das questões sociais. Porto Alegre, 2005.  
SANTOS, B. de S. Para uma Revolução Democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2007.  
SIBEMBERG, N. Reforma psiquiátrica e legislação. In. Correio da APPOA, Porto Alegre, n. 94, set. 2001.  
WACQUANT, L. As prisões da Miséria. Trad. Andre Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.  
ZAFFARONI, E. R. O inimigo no Direito penal. Trad. Sergio Lamarão. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, jun 2007.

**Wilson Jacques**  
(Gestão 1983-1986)

*Rodízio de cargos em  
todos os níveis*

“ A participação social foi uma das nossas grandes ocupações, pois buscamos maior visibilidade do profissional psicólogo junto às comunidades e instituições, reforçando a imagem do psicólogo como cidadão participe da realidade social, política e econômica do país, estando presente nas atividades sociais e comunitárias vinculadas às áreas de atuação (educacional, trabalhista, comunitária, clínica e social) e também marcando presença nos eventos das demais categorias profissionais de nossas relações (ex. medicina, pedagogia e administração) e nos eventos de nossa própria categoria. Houve também um marcante comprometimento com a categoria, manifestado pelas seguintes orientações: atenção constante para com as ações políticas em nível municipal, estadual e federal (projetos de leis e outras) que estavam relacionadas com o nosso mercado de trabalho, presente ou futuro; desenvolvimento de ações para a inclusão do profissional psicólogo nas equipes de saúde, educação e trabalho organizacional e social na época; manutenção da fiscalização ética do exercício profissional, com ênfase na prevenção pela orientação dos profissionais; formação da auto-imagem dos estudantes de psicologia, comprometendo-os mais precocemente com o exercício ético da profissão, além dos deveres e direitos; divulgação junto à sociedade das atividades e áreas de atuação do psicólogo, na época, visando abrir mercado de trabalho para a categoria. ”

A sede do CRP 07 é duplicada em 22 de setembro após a compra de sala no andar térreo do mesmo endereço. O curso de Psicologia do Trânsito passa a ser reconhecido no Brasil. Mais uma eleição marca o ambiente político do CRP 07, com a realização de debates entre os candidatos. Os direitos indígenas foram discutidos no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, com a participação do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais.

Implanta-se a reforma administrativa do Conselho, como forma de enfrentar a queda da arrecadação de anuidades causada pelo avanço da inflação. A gestão compromete-se em fortalecer a descentralização da entidade. O Congresso Unificado de Psicologia discute teses polêmicas, como a extinção dos conselhos de psicologia. O CRP 07 apoia na época a desconstrução do corporativismo dos conselhos, de forma a aproximar a sociedade civil e a atuação das entidades.



# Diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam drogas

Loiva Maria De Boni Santos

A sociedade tem se defrontado com bombardeios midiáticos diários, colocando a questão das drogas, especialmente do crack, como uma epidemia sem controle, que traz inúmeros problemas “da ordem do social”, dando a idéia de uma inevitável relação entre esta droga e a criminalidade, aumento da violência, fragilidade ou inexistência de uma rede de saúde que dê conta desta realidade. Retoma-se um processo de reafirmação do velho discurso da psiquiatrização e judicialização da loucura, agora focado na questão da droga, mais especificamente no “crack”. Este discurso demonizante sobre o uso de drogas parece circular por diferentes espaços sociais, sem considerar dados estatísticos ou pesquisas científicas produzidas sobre o tema. A falta de debates democráticos sobre o assunto tem capilarizado discursos de cunho ideológico, deixando a população à mercê de um discurso reducionista sobre o assunto o que incide no cotidiano da rede de cuidados de pessoas que usam drogas, fragilizando e desqualificando a assistência. Além disso, esse discurso coloca todas as pessoas que usam drogas ilícitas num lugar marginal, como bode expiatório dos problemas sociais, desconsiderando quaisquer outros aspectos da contemporaneidade relacionados ao tema.

É sabido que o uso abusivo e/ou dependente de substâncias psicoativas pode acarretar danos à saúde, porém há que se considerar que algumas pessoas usam drogas a vida toda e nunca apresentarão problemas decorrentes do uso. Segundo a literatura, existem diferentes formas de uso, entre eles, o ocasional ou experimental, que não tem nenhuma



indicação de intervenção terapêutica por não apresentar problemas.

## Idéias distorcidas

As ideias distorcidas em torno desta questão têm colocado todo e qualquer usuário neste lugar marginal, desconsiderando os multifatores que podem desencadear transtorno pelo uso abusivo ou dependente. Quando se fala drogas, as pessoas associam às drogas ilícitas, desconsiderando que entende-se por drogas os produtos químicos de origem natural ou sintetizada em laboratórios, que produzem efeitos sentidos como prazerosos e atuam no sistema nervoso central. (CONTE, 2003, pg.22)

É preciso avaliar os diferentes graus de intensidade do uso, bem como as diferentes drogas, o que são dados significativos para um diagnóstico. Existe também uma diversidade

de fatores que envolvem o uso de drogas, entre eles questões sociais, culturais e econômicas que estão no seu entorno. Segundo Escotado, citado por Conte (2003, p. 22), as drogas são legais ou ilegais por determinação de cada sociedade, norteadas por razões culturais, religiosas ou por interesses econômicos.

As drogas sempre estiveram e ainda estão presentes na história da humanidade de diferentes formas, muitas vezes fazendo parte dos hábitos sociais, auxiliando na integração social, através de cerimônias, rituais religiosos, festividades, etc. As pessoas usam drogas por diversas razões: superar carências (fome, frio, abandono, etc); curiosidade, descoberta e novas experiências; “prazer” ou alívio do sofrimento (ansiedade, angústia, depressão, timidez, dor, etc.); melhora do desempenho profissional e/ou

pessoal; rejuvenescimento, emagrecimento, etc. Segundo o historiador Henrique Carneiro:

Os vinhos, as cervejas e todos os fermentados alcoólicos, assim como muitas plantas, entre as quais a papoula, o cânhamo, o chá, a coca, o guaraná e centenas de outras drogas vegetais psicoativas representaram na história da humanidade diversos papéis, todos com profunda relevância, pois alguns foram os grandes analgésicos, os inimigos da dor, física e espiritual, os grandes aliados do sono tranquilo, mas outros também com usos opostos, os estimulantes e provedores de energia para a caça, o combate e a resistência cotidiana aos males e incômodos da vida.” (CORDEIRO, 2009, pg.14)

## Contradições da sociedade

Diante disso, é importante inicialmente diferenciar o uso ocasional ou experimental que não causam problemas pelo uso, dos transtornos por uso abusivo. Falar sobre drogas é antes de tudo, problematizar as contradições da contemporaneidade, trazidas por Bauman sobre as transformações ocorridas na sociedade com o advento do capitalismo e seu fortalecimento a partir da década de 80 e as rápidas mudanças tecnológicas que incidem sobre as relações e os modos como as subjetividades estão sendo produzidos a partir dos contextos históricos, entrelaçados pela política, pelo poder, educação, economia e afetos. Numa sociedade que tem como base o capital, onde as relações se mercantilizam, e tudo gira em torno do consumo, imprimindo imediatismo e individualismo nos modos de subjetivação. Os sujeitos são atravessados por uma cultura midiática de consumo desenfreado e inconsequente, que homogênea e controla em nome da liberdade, numa tendência totalitária associando o produto (entre eles a droga) a um ideário de felicidade e realização.

Paralelo a isso, persistem práticas sociais inscritas na ordem do discurso por meio de dispositivos disciplinadores de diferentes cam-

pos, e que reforçam a criminalização das drogas ilícitas, desconsiderando as drogas “legais”, discussão essa que pautada pelas considerações de Foucault e Gofmann, na medida em que trazem à luz as instituições disciplinares ou instituições totais ((hospícios, as cadeias, os conventos e as escolas) como dispositivos que tiveram na modernidade a função de produzir corpos dóceis e pragmáticos, incidindo sobre subjetividades de fácil adestramento. Isso nos leva a pensar: que outros dispositivos a sociedade contemporânea tem utilizado na tentativa de controle dos corpos? Entre esses dispositivos encontraremos as drogas lícitas - medicamentos utilizados para neutralizar os corpos de suas “rebeldias”.

Segundo o Ministério da Saúde (2003), historicamente as práticas de cuidado em saúde dirigidas a esta população, oscilaram entre os cuidados de caráter religioso (Narcóticos Anônimos, fazendas terapêuticas ligadas a alguma religião, ou mesmo a conversão religiosa), ou de cunho psiquiátrico, com orientação para a abstinência.

## Controle e disciplinamento

Esses tratamentos baseados no controle, disciplinamento, encarceramento mostram que apenas 30% da clientela se beneficia e pára com o uso da substância. Ainda, os registros das experiências mostram que os casos de tratamento compulsório, em sua maioria, não têm o resultado esperado, com recorrentes reincidências, tornando a intervenção ineficaz e aumentando os danos sociais e a saúde do indivíduo, reforçando comportamentos de violência intrafamiliar, afastando o usuário do serviço e aumentando o ônus ao estado devido ao elevado número de internações compulsórias.

Promoção de saúde, nestes casos, significa o apoio aos processos de abandono do consumo de drogas. Segundo o Ministério da Saúde (2003), essas idéias distorcidas do problema reforçam o senso comum que todo o usuário de drogas é marginal, perigo-

Maria Helena Souza  
(Gestão 1986-1989)

Luta pela qualificação  
do ensino da psicologia

“ Fatos marcantes na gestão 1986/1989: a maior mobilização da categoria, até então, com relação à eleição da nossa chapa; reaproximação dos Cursos de Psicologia do RS e SC, com vistas à discussão sobre o ensino da psicologia, com reuniões mensais sistemáticas e participação no movimento nacional pela melhoria do ensino da psicologia; mobilização da categoria para reformulação do Código de Ética, com a participação do Sindicato dos Psicólogos e Sociedade de Psicologia; abertura e reformulação de núcleos em Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Florianópolis. Realização do I Encontro Nacional de Psicologia do Trabalho, que contou com 900 participantes; duplicação do espaço físico da sede do CRP, então na Avenida Osvaldo Aranha; criação da Comissão do Trânsito, que além dos psicólogos do trânsito reuniu especialistas representando o Conselho Estadual do Trânsito e Detran/RS, Polícia Rodoviária Federal e Estadual. ”

A reforma psiquiátrica é aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O projeto prevê a extinção gradativa dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por outro modelo assistencial, assim como a regularização da internação psiquiátrica compulsória. Chapas se mobilizam para novas eleições para os Conselhos Regionais e Federal. Eventos comemoram os 30 anos da regulamentação da profissão de Psicólogo.

Em julho foi eleito o primeiro delegado do Rio Grande do Sul para o Processo Constituinte do Conselho Federal de Psicologia, com a meta de garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade e trabalhar pela construção da cidadania. O CRP 07 arrecada meia tonelada de alimentos não perecíveis na campanha “Contra a miséria e a fome – pela cidadania”. Conselheiros e coordenadores dos cursos de Psicologia do Estado reúnem-se durante o ano para consolidar parcerias.



Solange Lompa Truda  
(Gestão 1986-1989)

Buscando espaços  
de reivindicação

“Minha gestão foi a culminância de todo o trabalho inicial de aproximação da categoria e das instituições formadoras, tendo em vista a discussão do Código de Ética e sua reformulação, tão necessária na época. Esta reformulação buscou subsídios nas discussões com os cursos de formação de psicologia, com o Sindicato e a Sociedade de Psicologia, entidades representativas da categoria, e acredito que foi um processo muito marcante da nossa gestão. Não só pelo “novo código”, resultado de uma discussão nacional, mas pelo processo em si, foi uma mobilização muito bonita. Nossa gestão caracterizou-se pela constante busca de espaços para maior reivindicação e representação das questões da profissão, tanto no interior do RS como de SC, o que ocasionou a necessidade de ampliação das sedes dos escritórios de algumas setoriais. Isto também aconteceu com a nossa sede da Oswaldo Aranha, na época já pequena para a demanda de reuniões e encontros. Concretizamos então a ampliação da sede, com a compra de mais uma sala e reforma geral das instalações. Nessa gestão também conseguimos que o CRP 07 tivesse um representante junto à Comissão Editorial do CFP da Revista Ciência e Profissão.”

## OUTRAS PALAVRAS

so para a sociedade e que o lugar de tratamento desses indivíduos deve ser em lugares fechados, que o impeçam de fugir e o mantenha separado da família e do convívio social, muitas vezes reforçando a situação de uso abusivo e/ou dependência

Essas reflexões originam o movimento denominado “Outras palavras... diferentes olhares sobre o cuidado de pessoas que usam drogas”. Processo que emerge da inquietação de trabalhadores da área da saúde vinculados à Comissão de Políticas Públicas do CRPRS e militantes pela Reforma Psiquiátrica e da Saúde Coletiva, que em seus cotidianos vêem-se atravessados pelas questões relativas ao cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas, se deparando muitas vezes com uma rede de cuidados desarticulada, ineficaz e carente de dispositivos de cuidado. Os questionamentos sobre as desarticulações entre as estratégias de redução de danos e as políticas de saúde mental permeiam as discussões, considerando que, apesar da política nessa área ter como premissa a Reforma Psiquiátrica e a humanização do cuidado, no interior de dispositivos antimanicomial – como nos CAPS, CAPSi e CAPSad – persistem práticas distantes da promoção de saúde e cidadania tornando o cuidado com estes usuários complicado, quando não, excludente, devido à falta de informação e habilidades no manejo, permeados por preconceitos impregnados por uma cultura disciplinante e segregadora. A inexistência de serviços de atendimento baseados no respeito à subjetividade e aos Direitos Humanos do usuário, é um dos fatores que tem levado a sociedade a retroceder, legitimando o descumprimento da Lei da Reforma Psiquiátrica e defendendo a criação de hospitais psiquiátricos como a única forma de enfrentar o problema. A questão da tão falada “epidemia do crack”, bem como “espaços” de tratamento para usuários de drogas tem sido um dos atuais “motivos de ataque” ao movimento da Luta Antimanicomial.

### Nova gramática

Para tanto, urge a construção e disseminação de novas tecnologias de cuidado, inspiradas em outra gramática, na qual palavras como “vínculo” e “afeto” substituem eficiência e eficácia. Um jeito de fazer saúde no qual falamos de “cuidado” e de “atenção”, sem cobrar abstinência de ninguém; onde “acolhimento” substitui a noção de “controle” Uma nova postura na construção de um “novo fazer” que tem como princípio o compromisso ético em defesa da vida, colocando a todos da REDE na condição de responsáveis pelo “acolhimento” e “cuidado”.

“Outras palavras... diferentes olhares” é um movimento, um processo e que aponta para um projeto ético, estético e político, pois procura na sua força despertar para o cuidado, de forma a criar outras palavras e diferentes olhares que incidam sobre a realidade, transformando-a. Esse movimento contra-hegemônico que ora experienciamos, quer potencializar o proposto por Garcia (2007, pg101): a oferta de cuidados fundamentada nos dispositivos extra-hospitalares, utilizando-se dos conceitos de “território”, de “rede” e a lógica ampliada da redução de danos.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde, Álcool e Redução de Danos – Uma Abordagem Inovadora para Países em Transição, Brasília – Editora MS, DF 2004.
- Ministério da Saúde, A política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a usuários de Álcool e outras Drogas, Março, 2003.
- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998
- CONTE, M. A. Clínica psicanalítica com toxicômanos: o “corte & costura” no enquadre institucional, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- CARNEIRO, H. S. As drogas e a história da humanidade, Revista Diálogos – Conselho Federal de Psicologia, 2009. Versão online: www.pol.org.br

## PSICOTERAPIA

# Fazendo bom uso da amplitude das experiências

Antonio Donati,  
Aurinez Rospide Schmitz,  
Bárbara de Souza Conte,  
Clarice Moreira da Silva,  
Eduarda Coelho Torres,  
Francisco Pedro,  
Lucio Fernando Garcia,  
Luisa Puricelli Pires,  
Mateus Cemin Rech,  
Nina Acquaviva, Paulo Kroeff,  
Sandra Rute Silva Martins,  
Simone da Silva Machado

A Comissão da Psicoterapia do CRPRS, fundada no ano de 2005 como GT – Grupo de Trabalho – é um espaço democrático, aberto a todos os psicólogos inscritos que tenham interesse em participar das discussões e construções políticas relacionadas à prática clínica e psicoterápica do psicólogo. A Comissão é constituída de psicólogos de distintas trajetórias e experiências profissionais, advindos dos diversos espaços de atuação, mostrando que é possível trabalharmos com uma linguagem supra-abordagens, fazendo bom uso da amplitude de experiências. Respeitando a alteridade entre os participantes, temos debatido temas de grande relevância técnica, ética e política da psicoterapia exercida pelos psicólogos, proporcionando momentos de crescimento, percebendo que as experiências, quando compartilhadas, favorecem a riqueza de propostas e encaminhamentos.

Desde sua criação em 2005, o grupo vinha crescendo em número de participações e temas de discussão. Com o Ano da Psicoterapia, em 2009, ficou ainda mais clara a necessidade de transformar o GT em Comissão, visto não ser a psicoterapia um tema pontual. O exercício psicoterápico, sua transmissão, sua ética e política, abarcam os muitos pontos de discus-



são que temos tratado nas reuniões que ocorrem na sede do CRPRS, em Porto Alegre e na subsele Serra, em Caxias do Sul.

### Variedade de expressões

A psicoterapia não é uma prática exclusiva dos psicólogos, porém foi regulamentada através da Resolução número 10 de 20 de dezembro de 2000 do Conselho Federal de Psicologia. Seu exercício teve inúmeras origens, dentre elas, destacamos a psicoterapia fora da esfera médica, a partir

da psicanálise; a psicoterapia no âmbito das mudanças comportamentais através das Terapias Behavioristas; a psicoterapia no âmbito relacional, abordado nas Terapias Humanistas; a psicoterapia com ênfase na construção de significado a partir das Terapias Cognitivas; e as psicoterapias que se mesclaram aos movimentos místicos. Sabemos que esses breves exemplos não contemplam a ampla variedade de expressões teóricas e técnicas no contexto da psicoterapia exercida por psicólogos, porém, as

Entre as diversas atividades que o CRP 07 participou, estão a II Conferência Nacional de Saúde Mental, o Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, Conferência Estadual de Saúde Mental da Criança e do Adolescente, III Congresso Nacional de Psicologia do Trabalho, I Congresso Regional de Psicoterapias, entre outros. O processo de interiorização se intensifica, com a instalação do escritório setorial da Fronteira na cidade de Bagé.

1995

1996

Chapas mobilizam-se para mais uma eleição no Conselho com debates e apresentação de propostas. Fórum em Brasília discute a caracterização da profissão de psicólogo e as funções privativas da categoria. Outra questão em pauta diz respeito à regulamentação dos estágios da área. Auditoria independente traz recomendações para aperfeiçoar os processos administrativos do CRP/7ª e de seus escritórios setoriais.



**Sandra Maria  
Sales Fagundes  
(Gestão 1991-1992)**

#### **Construção de um coletivo**

“ Estávamos no início da democratização do Brasil, havia no mundo a disputa entre os modelos do Estado de bem-estar social e neoliberal, já havia o reconhecimento da crise de paradigmas e as formulações sobre o caos e a incerteza na produção de conhecimento, algumas instituições seculares encerravam suas atividades, como seminários e hospitais psiquiátricos. Eram tempos de indagações. Constituímos um coletivo e nosso trabalho teve como fio condutor a psicologia, os psicólogos e a sociedade: encontros, desafios, construções contemporâneas. A agenda incluiu:  
- os movimentos sociais, especialmente, a luta antimanicomial, representada no estado pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental. O CRPRS foi ator no debate com a sociedade para a aprovação da Lei de Saúde Mental no RS.  
- a construção do SUS com controle social. O CRPRS trabalhou na ativação dos Conselhos de Saúde: estadual e municipais bem como no processo de construção da II Conferência Nacional de Saúde Mental.  
- a realização do II Encontro Nacional de Psicologia do Trabalho com o tema da transdisciplinariedade. Vivenciamos a indissociabilidade da psicologia e da política. ”

## PSICOTERAPIA

mesmas são aqui apresentadas visando criar um dispositivo para revisitar o histórico desta práxis profissional, possibilitando assim reflexões acerca desta prática.

Historicamente, observa-se que a psicoterapia despreendeu-se de um modelo médico, inicialmente medicamentoso, direcionando-se paulatinamente para ações voltadas a uma maior compreensão da complexidade do universo humano. Universo este percebido em sua totalidade, ou seja, no aspecto psicoemocional, orgânico, social e relacional. Cabe aqui salienta que cada aporte teórico foi ao longo desta trajetória vertendo seus estudos e praxes nestes distintos aspectos, buscando assim, formas de lidar com o sofrimento dos sujeitos a partir da escuta e da palavra.

#### **Público e privado**

Além disso, a psicoterapia teve, no início de sua prática, um caráter mais privado (consultórios) e institucional (especialmente em hospitais), ampliando-se posteriormente para a rede pública. Nesse contexto é possível igualmente exercê-la, beneficiando sujeitos que demandam, a partir das mais diversas manifestações de sofrimento psíquico, intervenção clínica. Para que a psicoterapia se mantenha como uma prática ética e técnica, seus princípios devem permanentemente ser discutidos, sendo que o seu exercício, no plano privado e público, não se exclui. Emergem neste processo questões acerca dos contextos anteriores e novos contextos que necessitam de permanente investigação, principalmente a partir da prática de quem a exerce, ou seja, do próprio psicoterapeuta. O diálogo permanente entre a categoria e as instâncias formadoras é uma das vias para assegurarmos que a psicoterapia permaneça como uma prática ética e competente realizada pelos psicólogos.

#### **Proliferação de práticas**

A proliferação de práticas psicoterápicas e de métodos (reconhecidos e não reconhecidos institucionalmente) gerou uma preocupação quanto aos cuidados necessários para

a qualificação dos profissionais e a discussão de critérios mínimos para o exercício competente da psicoterapia, temas que têm ocupado o Sistema Conselhos nos últimos três anos. Todavia, ressalta-se que a preocupação de pensar parâmetros deve servir para assegurar uma prática ética e competente, não recaindo em uma regulamentação que vise controle. Assegurar estas prerrogativas depende da permanente discussão com a categoria e as entidades formadoras (acadêmicas e não acadêmicas), visando autonomia da formação.

Visando contribuir nestas reflexões, acreditamos que revisitar a trajetória de discussões realizadas acerca da psicoterapia no Sistema Conselhos poderá propiciar à categoria uma retomada de pensares e ações sobre essa atividade clínica.

#### **Congresso de 2007**

No VI CNP – Congresso Nacional de Psicologia realizado em 2007 houve uma (1) tese (num total de 150) sobre psicoterapia que estava incluída no eixo III – Intervenção dos Psicólogos nos Sistemas Institucionais. A tese é Saúde-Atuação dos psicólogos na psicoterapia e tinha como diretrizes:

1. estabelecer, em parceria com outras entidades, um diálogo permanente com a categoria dos psicólogos, buscando favorecer condições e exigências mínimas para o exercício da psicoterapia por psicólogos, estimulando a qualificação na formação (graduação).

2. promover uma discussão nacional sobre regulação, regulamentação e organização do campo da psicoterapia no seio da categoria.

Havia quatro (4) encaminhamentos, sendo dois (2) os que buscavam propor discussões regionais e nacionais, a partir de fóruns com a categoria e com instituições formadoras, e dois (2) que propunham um diálogo com universidades, ABEP e ABRAP, na busca de produção de parâmetros para o exercício da psicoterapia, todos para subsidiar referências ao Sistema Conselhos no tema da psicoterapia.

#### **Construção de referências**

O 35º ano do CRPRS foi especial para os psicólogos que exercem a prática clínica. O Ano de 2009 foi escolhido pelo Sistema Conselhos de Psicologia para ampliar o debate sobre a Psicoterapia – ensino e prática, tendo como objetivo a construção de referências para seu exercício pelos psicólogos, confirmando a deliberação do VI CNP acerca de tão importante tema para a categoria. Cada Conselho Regional teve a tarefa de organizar eventos regionais para construção de proposições sobre os eixos propostos: Eixo I – A Constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar; Eixo II – Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos; Eixo III – Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da psicoterapia. No Rio Grande do Sul, o Ano da Psicoterapia ocorreu através de Fóruns Regionais em diferentes cidades do Estado, nos quais relatores escolhidos pelo próprio grupo registraram os apontamentos e contribuições dos psicólogos e estudantes de Psicologia presentes.

#### **Apontamentos e preocupações**

Muitos foram os apontamentos e preocupações levantados pelos psicólogos gaúchos. Transcrevemos algumas questões assinaladas por eixo:

#### **Eixo I:**

- Apontou-se para a necessidade do respeito às diferentes teorias e práticas reconhecidas no corpo da profissão, sem que haja hierarquização entre elas;
- A psicoterapia é tanto uma disciplina científica como um conjunto de métodos e técnicas que operacionalizam uma prática;
- Ressaltou-se a necessidade da transdisciplinaridade, remetendo a uma relação de dialogia com os demais campos do saber, não como obrigatoriedade;
- Entendeu-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a clínica ampliada, especificando sua definição e

sua relação com a psicoterapia.

#### **Eixo II:**

- A abrangência das práticas psicoterápicas requer a permanente interlocução entre psicólogos psicoterapeutas na busca de referências, desde a formação universitária até as adquiridas nas demais instituições formadoras;
- A ética é enfatizada como um pilar fundamental do exercício profissional, destacando-se a importância de enfatizar esse aspecto na formação;
- A construção de referências para o exercício profissional deve partir do conjunto da categoria e não de órgãos externos ou dispositivos de regulação;
- Foi destacada a preocupação quanto à necessidade de investigação/ pesquisa continuada das práticas psicoterápicas.

#### **Eixo III:**

- Nenhuma instituição deve pretender ser reguladora da prática psicoterápica, cabendo ao Sistema Conselhos e seus fóruns de discussão fornecer orientações aos psicólogos para a prática da psicoterapia;
- Nenhuma profissão tem amparo legal para reivindicar a exclusividade deste exercício profissional, devendo o mesmo ser garantido por uma sólida formação onde estejam entrelaçados teoria, técnica, método e ética;
- O psicólogo é habilitado em sua formação para o exercício da psicoterapia, devendo ocupar os espaços existentes para divulgar tal qualificação à sociedade.

Percebe-se que muito se pensou e produziu, mas ainda há muito a fazer. É necessário seguir o debate, aproveitando o documento produzido no Seminário Nacional (ocorrido em Brasília, com psicólogos representantes de todas as regiões do país), construindo junto da categoria as referências para esta prática. A Comissão da Psicoterapia comprometeu-se a realizar eventos e discussões que congreguem os diferentes psicólogos que exercem a prática clínica, possibilitando ampliação e esclarecimento de pontos difusos que emergiram a partir do debate proposto para o Ano da Psicoterapia.

**Leila Poitevin Cruz  
(Gestão 1992-1995)**

#### **Um órgão para atuar em todas as instâncias**

“ Tínhamos um grupo coeso em torno da idéia de que o Conselho deveria se constituir em um órgão que atuasse em todas as instâncias em que o psicólogo deveria estar presente, garantindo uma ação profissional eficaz e que promovesse saúde, trabalho, cidadania e inserção social. Assim, os 18 conselheiros mantiveram o trabalho das comissões internas e participaram dos Conselhos Estaduais e Municipais que determinavam as diretrizes nas áreas já mencionadas; apoiamos a Luta Antimanicomial, fazendo parte do grupo que, juntamente com o deputado Marcos Rolim, elaborou a Lei Estadual de Reforma Psiquiátrica; acolhemos o Sindicato dos Psicólogos em nossa sede, durante um período em que o mesmo passava por crise financeira; incentivamos e apoiamos financeiramente os estudantes de psicologia para que os mesmos pudessem participar de congressos e, tão importante como essas ações, conseguimos que o CFP aprovasse a criação do CRP de Santa Catarina, reivindicação antiga dos colegas catarinenses que, até então, estavam vinculados ao CRP/07. ”

CRP 07, Sindicato e Sociedade de Psicologia reúnem-se na celebração dos 35 anos da regulamentação da profissão, em mesas-redondas sobre o tema “Ética nas instituições e formação do psicólogo”. Em abril ocorreu mais uma edição do Encontro Integrador dos Psicólogos do Mercosul na capital uruguaia Montevideu, com o intercâmbio de informações e conhecimento da organização profissional em cada um dos países do bloco.

O 1º Encontro Sul-Brasileiro de Psicologia reúne os CRPs da região sul em agosto. O Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos discute violência contra a mulher, manicômios judiciais, reforma agrária e outros temas. Para fazer frente ao projeto do Ministério da Educação em modificar as diretrizes curriculares dos cursos universitários, o CRP 07 intensifica o debate sobre a importância das especialidades para a profissão de psicólogo. É lançado o site do Conselho.





## O desafio da inserção e da qualificação

Ana Brum,  
Ana Carolina Coelho,  
Ceres Simone Simon,  
Inês Hennigen,  
Karen Eidelwein,  
Letícia Giannechini,  
Maria Fernanda Hennemann,  
Rosa Veronese,  
Rosângela Soares,  
Simone Courel

Ao longo dos 35 anos do CRPRS, comemorados neste ano de 2009, muitos foram e continuam sendo os debates em torno de temas relevantes ao exercício da Psicologia enquanto ciência e profissão voltada para o compromisso social e para o campo das Políticas Públicas.

A partir do VI Congresso Nacional da Psicologia (CNP) foi deliberado que deveriam ser debatidas, no Sistema Conselhos de Psicologia, a inserção e qualificação dos psicólogos que atuam na edu-

cação, a contribuição da Psicologia da Educação na luta pela educação inclusiva, a participação dos psicólogos no controle social da educação e a presença da Psicologia como disciplina no ensino médio. Para a execução desta deliberação, o Sistema Conselhos elegeu 2008 como o Ano da Educação.

Naquele momento nos sentimos convocadas a um primeiro desafio que era o de constituir um Grupo de Trabalho com o tema da Educação. Aceitando a proposta, organizamos um GT no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, um espaço para poder compartilhar e debater questões relativas a essa área. Este desenvolvimento culminou com a participação de psicólogos do Estado em evento nacional em Brasília e a produção de relatório pelo Conselho Federal de Psicologia. Os temas destacados como relevantes para a profissão no campo da Educação foram: Inclusão, Políticas Públicas, Legislação,

Formação Profissional, Instituições Escolares e Educativas e Psicologia no Ensino Médio. Atravessava todas estas temáticas a necessidade da construção de políticas contínuas no campo da Psicologia com a Educação, que não se sustentassem em governos, mas que fossem organizadas como políticas de Estado.

Nesse escopo, considerando o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo GT da Educação, cabem algumas considerações e reflexões sobre a importância da relação entre Psicologia e Educação. Neste artigo, mais do que dar respostas, pretendemos continuar questionando e refletindo sobre os caminhos que a Psicologia pode trilhar neste campo, no sentido de pensar quais contribuições advindas de sua bagagem teórico-prática poderiam efetivar-se no amplo campo da indissociável dupla Saúde e Educação.

Pensar a relação Psicologia e Educação implica voltar-se para a formação do profissional psicólogo,

com o objetivo de compreender e questionar os dispositivos teórico-prático-metodológicos produzidos que favorecem determinadas formas de intervenção profissional em detrimento de outras no campo da Educação stricto sensu. Isto é, nos espaços institucionais que têm como objeto específico o desenvolvimento de relações de ensino-aprendizagem em torno de uma série de conhecimentos, habilidades e saberes voltados para a (re)produção da vida em sociedade.

### Formação profissional

Até bem pouco tempo atrás, figurava em grande parte dos currículos de cursos de graduação em Psicologia a disciplina “Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem”. Hoje temos Psicologia e Educação, Psicologia Escolar, Psicologia da Aprendizagem, Processo Educativos, entre muitas variantes. Será que as novas denominações têm trazido visões outras para a interface Psicologia/Educação? A propósito, será que conseguimos dimensionar bem a abrangência dessa interface – sem esquecer a pertinência da psicologia escolar mesma? Afinal, por mais díspares e espalhados que sejam os processos educacionais, não podemos esquecer que a escola, em nossa sociedade, é um direito – e dever – de todas as crianças e jovens.

Fundamental ressaltar que esse campo não é, de forma alguma, carente de questionamentos. Percorrendo livros e textos publicados nos últimos anos, é corrente a crítica a um modelo anacrônico de fazer psicologia nas escolas e instituições educativas, centrado em um paradigma clínico individualizante, amparado em técnicas normalizadas. Unanimemente se professa um discurso que aponta a necessidade de rever nosso trabalho e nossa implicação, apontando o que devemos transcender, mas ainda são bem poucos os escritos que trazem os novos fazeres.

Os psicólogos têm desenvolvido práticas muito interessantes, politicamente comprometidas, com ferramentas criativas, nos mais va-

riados contextos, e travando diálogos profícuos com profissionais de variados campos. Contudo, elas acabam ganhando pouca visibilidade para o coletivo dos psicólogos – e demais trabalhadores – que atuam na área da Educação. Em função disso, se colocam uma série de desafios, entre estes a formação de futuros psicólogos. Como os alunos se deparam mais com críticas do que com ações outras, a sensação – muitas vezes trazida em sala de aula – é de que o campo encontra-se imerso em uma mera retórica crítica. Assim, é necessário buscar estratégias para colocar em circulação os fazeres de quem está “no campo”, o que poderia gerar efeitos diversos. Poder-se imaginar que o conhecimento de práticas outras venha possibilitar a percepção – e o reconhecimento – de que sim, trabalhamos sincronizados e em prol das políticas públicas de Educação, que isso implica pensar e atuar a partir de vários campos do saber, que a chamada intersectorialidade precisa ser a tônica, e não a exceção.

### Ampliando intervenções

Atualmente, o trabalho do psicólogo na área educacional tem se ampliado significativamente. Outra ocupávamos uma sala nos corredores da escola, hoje o psicólogo que se envolve com a aprendizagem pode estar inserido em vários contextos educativos. Dentro ou fora da escola, seja em assessorias, consultorias, empresas, ou até mesmo na extensão de seus consultórios, as relações estabelecidas com o aprender vão se configurando para uma ação em comum, que é a viabilização de saúde mental nos processos educacionais.

Intervenções que promovam autonomia, solidariedade e que desenvolvam o pensamento reflexivo ganham uma relevância neste trabalho, que amplia o intrapsíquico para um coletivo social, entendendo assim que este profissional passa a tornar-se acima de tudo um psicólogo social, como afirma Maraschin et al (2003).

O psicólogo através da sua presença, da escuta, do comprometi-

Silóé Rey  
(Gestão 1998-2001)

### Definições políticas da formação

“Minha passagem pela Presidência do Conselho aconteceu em 2001, durante a gestão Conexão. A vinculação ao trabalho político da profissão havia começado anos antes, quando passei a representar a universidade na qual trabalhava em reuniões que discutiam a formação do psicólogo. Este foco de interesse atravessou todo meu percurso dentro da gestão, responsabilizando-me pela coordenação da Comissão de Formação, que buscava intensa interlocução com as universidades e locais de estágios. Nossa proposta era de levantar os pontos de impasse da formação, construindo uma discussão que pudesse contribuir com os psicólogos envolvidos com a formação dos futuros colegas, uma vez que nesta época já se sentia o efeito da proliferação dos cursos, que eclodiu com o fenômeno do ensino privado no Brasil. Participamos de importantes fóruns nacionais, onde se produziram definições políticas da formação do psicólogo como as diretrizes curriculares, a formação da ABEP e a instituição das especialidades da Psicologia. Enfim, a oportunidade de estar à frente de nossa entidade, além de muito me honrar, foi uma experiência extremamente formativa, que me permitiu configurar um amplo panorama do exercício de nossa profissão e das questões que a diversidade cultural do Brasil produz na Psicologia como campo de conhecimento e profissão.”

O I Prêmio Monográfico do CRP 07 avalia trabalhos acadêmicos de profissionais e estudantes com o tema “Formação do Psicólogo: Prática e Supervisão”. O Conselho participa de diversas iniciativas da primeira edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Entre as temáticas abordadas, estão a questão dos quilombos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os programas de inclusão social e renda mínima, questões referentes ao trabalho, entre outros.

Psicólogos comemoram os 40 anos de regulamentação da profissão no seminário Perspectivas da Psicologia: Mercado de Trabalho, História e Novos Paradigmas. Primeiro Concurso de Provas e Títulos é realizado em novembro para as especialidades de Psicologia Escolar/Educacional, Organizacional e do Trabalho. Conselho Federal e Regionais promovem oficinas na segunda edição do Fórum Social Mundial, abordando temáticas como a desigualdade social.



**Andréa Lompa**  
(Gestão 1998 - 2001)

*Direitos Humanos e Políticas Públicas*

“ O CRP é uma instituição ativa e promotora da inserção do psicólogo na sociedade. Como sabemos, sem a lei que regulamenta a profissão e que constitui o Sistema Conselhos de Psicologia, qualquer pessoa exerceria o que é de nossa competência. E mais: não haveria o reconhecimento social da Psicologia. Enquanto conselheiros, entendemos esta função e depois, enquanto profissionais, continuamos a divulgá-la. No período de 1998-2001, no CRP-RS, ocorreram eventos marcantes, dentro destes 47 anos de profissão e 35 anos do nosso Conselho. No âmbito específico do CRP-RS, criou-se a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Políticas Públicas, em 1998. Também, neste período, nasceu o ENTRELINHAS, como uma nova forma de comunicação com a categoria. Gostaria de destacar ainda a I Mostra de Práticas em Psicologia, que teve lugar em São Paulo em 2000, para a qual o CRP-RS levou muitos psicólogos e estudantes de psicologia. Por fim, quero lembrar a fundação da ABEP em 1999. ”

## EDUCAÇÃO

mento e da função de problematizar a instituição escola, promove articulações interessantes entre os mais diversos segmentos da comunidade escolar, produzindo desdobramentos entre os mesmos.

Assistimos a uma demanda das instituições de ensino para que o trabalho do psicólogo se dê em uma lógica biologizante e individualizadora, baseada na figura do “aluno problema” ou mesmo do “professor problema”. Não se trata de recusar as solicitações de atendimento individual, mas de colocá-la em análise coletiva. A atuação do psicólogo pode ser construída no sentido de desnaturalizar tais queixas e criar espaços de potencialização dos sujeitos. Um grande desafio nesse sentido é o de produzir a responsabilização desses sujeitos pelos seus processos educativos e de vida, a partir da compreensão de que estes processos são construídos na interação entre aluno, escola, família e comunidade.

### Ensino Médio

Construir argumentos sobre a utilidade da disciplina no ensino de jovens, diferenciar a psicologia escolar do ensino de psicologia, fomentar a licenciatura nessa área, repensar os conteúdos e métodos adotados na disciplina ministrada nas escolas, representam alguns dos passos que temos de dar para politizar essa discussão.

A inserção na pauta de discussões sobre a inclusão da disciplina de Psicologia no ensino médio permitiu conhecer as experiências de profissionais que trabalham nessa área, assim como trazer à tona as posições, conflitos e polêmicas da categoria sobre esse espaço de trabalho: o psicólogo como professor.

### Educação inclusiva

Existe um grande número de psicólogos trabalhando com inclusão de alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades, dentro de políticas de Educação Inclusiva, a partir do princípio constitucional de escola para todos. Sabemos, no entanto,

que há uma necessidade crescente de pensar a escola como espaço de inclusão para tantos outros sujeitos, muitos deles sem necessidades especiais, mas com sérias dificuldades de inserção nas escolas. A Psicologia precisa compor de forma interdisciplinar com os demais saberes envolvidos na prática educativa. Ainda se faz necessário questionar o caráter normalizador da instituição escola e apontar diálogos com as diversas culturas e modos de vida que ali se inserem. Outro objetivo importante diz respeito à organização de um currículo na graduação, que dê conta da abordagem das políticas públicas e referenciais teóricos na área da educação inclusiva. Trabalhar com inclusão na educação é trabalhar com o princípio da implicação e responsabilização de todos os envolvidos na construção de um ambiente que seja efetivamente para todos.

### Continuidade do debate

Reconhecendo que a mobilização dos psicólogos no tema da Educação tenha sido significativa, ressaltamos de suma importância a continuidade do debate e a apresentação de propostas e resoluções de efeito prático.

### NOTAS

<sup>1</sup> O Caderno de Deliberações do VI CNP encontra-se disponível em: [http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios\\_080129\\_0194.html](http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios_080129_0194.html)

<sup>2</sup> No ano de 2009 tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 60/2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

<sup>3</sup> MARASCHIN, Cleci, FREITAS, Lia Beatriz de Lucca Freitas, CARVALHO, Diana Carvalho de. Psicologia e Educação: múltiplos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

## RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS EM SAÚDE



## Inovações através da interdisciplinaridade

Henrique Gheno Zilli,  
Paula Güntzel, Vera Pasini

A formação em serviço, na modalidade Residência em Saúde, vem sendo desenvolvida há muitos anos em todo o Brasil. No RS esta experiência acontece desde a década de 70, vinculada ao Centro de Saúde Murialdo (Secretaria de Estado da Saúde/RS).

A intrínseca característica da interdisciplinaridade confere caráter inovador aos programas de RMS, pois este modo de operar a formação “inter-categorias” visa à formação coletiva a partir da inserção em um mesmo campo de trabalho sem deixar de priorizar e

respeitar os núcleos específicos de saberes de cada profissão.

Esta modalidade de formação é condizente com os pressupostos do SUS, por trabalhar com a perspectiva do ensino em serviço, com a inserção dos profissionais em equipes de saúde do SUS. Pressupõe a lógica do aprender a aprender, contemplada na Política de Educação Permanente (Brasil, 2003), promovendo uma relação de interferência entre os profissionais em formação e os orientadores do processo ensino-aprendizagem (preceptores e orientadores de serviço).

A partir de 2003, com a criação no âmbito do Ministério da Saúde do DEGES – Departamento da Gestão da Educação em Saúde e sua respec-

tiva SGTES – Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, toma corpo uma proposta de financiamento, por parte do MS, de programas de RMS. São financiados em todo país, principalmente os programas de RMS na área da saúde da família e comunidade. Esse fato desencadeia o processo de regulamentação e credenciamento, com a finalidade de titular os egressos como especialistas, junto ao MEC. Um marco deste processo foi a Lei nº 11.129/2005, que ao instituir o Pró-Jovem também cria a Residência em Área Profissional da Saúde.

A Residência Médica já possuía regulação específica, inclusive com Comissão estabelecida no âmbito do MEC e, devido à impossibilidade de

Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais mobilizam-se contra o projeto de lei que cria o Ato Médico, que na época tramitava no Senado Federal. As categorias afetadas criticam o ataque à autonomia dos profissionais da saúde e os danos que a aprovação do PL traria para o Sistema Único de Saúde (SUS). O CRP 07 ganha uma nova logomarca em concurso com a participação de psicólogos e estudantes.

A I Mostra de Práticas da Psicologia na Região da Serra conta com mais de 70 apresentações para psicólogos e estudantes da região. O CRP 07 adquire uma nova sede, em área de 700m<sup>2</sup> na Avenida Protásio Alves. O Conselho continua mobilizado contra o Ato Médico com a criação de um grupo de trabalho voltado para o tema e com a participação no Movimento Gaúcho contra o Projeto de Lei. Pré-congressos mobilizam o interior gaúcho para o V Congresso Nacional de Psicologia.



integração das RMS, foi criada em 2007 a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), no âmbito do MEC, através da Portaria Interministerial nº 45, tendo como objetivo, credenciar, acompanhar e acreditar os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde.

Desde 2008, a CNRMS vem trabalhando na sua consolidação para viabilizar o cadastramento e credenciamento dos Programas financiados pelo MS e identificação dos demais programas existentes no país (36 Programas identificados).

Existe uma preocupação nacional em torno do credenciamento dos Programas e da titulação de seus egressos, discutida anualmente nos Seminários Nacionais de RMS e em Área Profissional da Saúde (2005, 2006 e 2008), bem como sobre o trabalho da CNRMS, que apesar de instituída, ainda não efetivou todas suas atribuições, pois até o momento não foram realizadas visitas de credenciamento aos Programas.

Em 2009, o III Fórum de Dirigentes dos Hospitais Universitários Federais discutiu a implementação de Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, havendo a decisão do MEC quanto ao financiamento de 800 bolsas para R1 em 2010, com o objetivo de estimular a interdisciplinaridade por meio das RMS em seus Hospitais Universitários - HU's (BRASIL, 2009).

Os HU's foram convidados pelo MEC a apresentar projetos por instituição, sendo proposto que "o desenvolvimento das atividades de aprendizagem deve oferecer aos residentes a vivência de linhas de cuidado, articulando os diversos níveis de atenção à saúde, possibilitando a continuidade e a produção da integralidade" (BRASIL, 2009). Para 2010 foram aprovadas 500 vagas para a implantação em diferentes HU's do país.

O MS, no período de 2006 a 2008, financiou a formação de 1.487 profissionais pela RMS. A partir de 2010, o financiamento acontecerá através de inscrição em edital público, com a concorrência dos Programas financiados e de novos Programas.

O mais recente acontecimento em torno do tema foi a revogação da Portaria Interministerial (PI) nº 45/2007, em 13 de novembro de 2009, substituída pela PI nº 1077/2009. O fato gerou grande descontentamento por parte dos Fóruns que estão envolvidos com os Programas de Residência, pois a PI 45 foi construída e pactuada amplamente com todos os setores, movimentos sociais, governo e instituições formadoras. No entanto, a PI 1077, que altera consideravelmente a composição e funcionamento da CNRMS, não foi discutida nos espaços ampliados e coletivos. Diversos Fóruns, inclusive os Conselhos Profissionais, têm apoiado o movimento que visa suspender a revogação da Portaria 45/2007.

#### GT RMS

Em 2006 o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), constituiu o Grupo de Trabalho Residências Multiprofissionais em Saúde (GTRMS), que tinha como finalidade a discussão do processo de formação de psicólogos(as) nas RMS ou em Área Profissional da Saúde e a produção de um documento apontando as potencialidades e necessidades a serem contempladas na formação, contribuindo com as discussões da CNRMS.

No RS, a Psicologia se insere, atualmente, em sete programas de RMS (cinco em Porto Alegre, um em Santa Maria e um em Pelotas) e em um Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (em Porto Alegre). O GTRMS, desde o início, contou com a participação de residentes e preceptores de cinco destes programas (dois ainda não estavam constituídos naquele momento).

#### Inserção da Psicologia nos Programas de Residência

Entendemos como contribuição específica do núcleo da Psicologia a análise da produção de subjetividade, privilegiando uma leitura analítico-institucional da produção de demanda em saúde mental, problematizando o lugar que o trabalhador ocupa, as intervenções que produz e seus efeitos no social. Apontou-se a necessidade de romper com os lugares fixos, traba-

lhando com a equipe as demandas que ficam endereçadas ao profissional da psicologia, podendo ampliar as competências da equipe para intervenções onde diferentes sujeitos tenham lugar para pensar o cuidado.

Os Programas de Residência devem estar comprometidos com as mudanças de paradigmas do cuidado em saúde, que deve ser um compromisso da organização onde acontece a formação. É preciso pensar em planos terapêuticos singularizados, pensados a partir da lógica do cuidado ao usuário, como uma aposta na produção de saúde.

Buscando garantir uma formação que contemple os pressupostos do SUS, os Programas devem ter projetos político-pedagógicos que orientem a formação, pactuados institucionalmente. É importante garantir a formação independente dos rumos da gestão, pois a formação do residente acontece para o SUS e não para uma instituição específica.

A formação do psicólogo nas Residências deve estar orientada pela perspectiva da desinstitucionalização e dos pressupostos da Reforma Psiquiátrica e Reforma Sanitária, independentemente de onde aconteça. Caso o Programa esteja inserido em um Hospital Psiquiátrico, é fundamental a garantia desta perspectiva e de que a formação também aconteça nos diferentes serviços que compõem a rede de atenção à saúde.

Quando a formação acontece em serviços especializados, a interface com a rede de atenção à saúde local e/ou regional deve ser potencializada, integrando diferentes ações com o território de abrangência e com equipes da atenção básica, desenvolvendo ações de Educação Permanente e de Apoio Matricial.

Destacou-se também, a importância de supervisão das diferentes atividades realizadas pelos residentes, utilizando metodologias que contemplem modalidades grupais e não somente as tradicionais supervisões clínicas individuais. Outros pontos importantes discutidos foram:

- Garantia de que os Programas de Residências respeitem as legislações

em vigor, respeitando as determinações vigentes conforme políticas específicas;

- Possibilitar que a formação, quando inserida em serviços abertos de atuação em territórios, permita a aproximação com ferramentas e instrumentos para organização da demanda a partir de princípios da vigilância em saúde, ações programáticas e acolhimento, alterando a forma de intervir em saúde;

- Necessidade de problematizar e construir junto às equipes (nos diferentes níveis de atenção) intervenções com usuários em sofrimento mental grave e usuários de álcool e outras drogas;

- Fomentar a criação de linhas de pesquisa institucionais nas quais os residentes integrem seus projetos de trabalhos de conclusão de Residência, desenvolvendo produções científicas que proporcionem retornos para as equipes e usuários;

- Incluir na formação a participação dos residentes em espaços do Controle Social;

- Propiciar espaços de formação em todos os Programas quanto à gestão em saúde em diferentes níveis (federal, estadual, municipal);

- Compreender que atividades de formação em serviço incluem: participação em reuniões de equipe, rounds, discussões de caso, interconsultas, participação no Controle Social, atividades de planejamento e gestão, atividades individuais ou grupais de atendimento direto ao usuário, atividades de educação em saúde; e que atividades de formação teórica incluem: seminários teóricos de campo e núcleo, supervisões em diferentes modalidades, atividades de desenvolvimento de pesquisa e trabalho de conclusão, discussão de artigos científicos, grupos de estudo.

#### Participação dos Conselhos Profissionais

O GTRMS também problematizou a participação dos Conselhos Profissionais neste processo de formação, sinalizando a importância das diferentes profissões apoiarem a constituição e os trabalhos da CNRMS, como estratégia de fortalecimento dessa proposta de formação para os trabalhadores do SUS. Além disso, caso se mantenha pelos Conselhos Profissionais o re-

conhecimento da titulação de especialista para profissionais egressos de residências/cursos de especialização, deve-se buscar formas de reconhecer o título dos diferentes profissionais que participaram de processos de formação multiprofissional.

Os Conselhos devem pensar as necessidades específicas de formação dos diferentes profissionais nas RMS, visando mudanças na concepção de trabalho dos mesmos no campo da saúde, produzindo interface entre os diversos campos de conhecimento para ampliar as intervenções e atender as demandas produzidas no cotidiano dos serviços do SUS. Também devem incentivar parcerias com associações de ensino profissionais junto às instituições formadoras, para a divulgação e utilização de novos meios e instrumentos que auxiliem os diferentes profissionais na construção de formas efetivas para o alcance dos princípios e diretrizes do SUS.

Com a produção deste documento que contribuiu nas discussões do Seminário Estadual e Nacional de RMS e em Área Profissional da Saúde e com o encaminhamento do mesmo para apresentação na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, entendemos que o objetivo deste GT foi alcançado, sendo as atividades encerradas no início de 2009.

Agradecemos a participação de todos os psicólogos envolvidos nesta construção!

#### REFERÊNCIAS

www.crprs.org.br

#### NOTAS

<sup>1</sup>Tomamos o conceito de campo como, "um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina ou profissão buscaria em outras apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas" (Campos, 2000, p. 53).

<sup>2</sup>Núcleo entendido como "uma aglutinação de conhecimentos em um saber e como a conformação de um determinado padrão concreto de compromisso com a produção de valores de uso. O núcleo demarcaria a identidade de uma área de saber e de prática profissional" (Campos, 2000, p. 53).

<sup>3</sup>Preceptores são profissionais que desenvolvem função de supervisão docente-assistencial junto aos profissionais em formação, exercendo atividade de organização do processo de aprendizagem especializado e de orientação técnica. (BRASIL, 2005).

<sup>4</sup>Orientadores de serviço são profissionais que desenvolvem função de supervisão docente-assistencial de caráter ampliado, exercida em campo aos profissionais em formação. (BRASIL, 2005)

<sup>5</sup>O site do CRP/RS (www.crprs.org.br) disponibiliza, na sessão Áreas Temáticas, a íntegra dos textos referentes ao assunto.

**Carla Carricone Tomasi  
(Gestão 2001-2004)**

**Forte participação no novo  
Código de Ética**

“ A função dos Conselhos de classe é regulamentar e fiscalizar cada profissão. Nesse sentido, a elaboração do novo Código de Ética do Psicólogo foi fundamental, e o CRP 07 esteve atuante fazendo parte do projeto e organização dos eventos que precederam o II Fórum Nacional de Ética. A gestão Inserção se defrontou com a necessidade de assegurar a continuidade da Psicologia como profissão - foi com esse intuito que participamos ativamente no levante contra o PL 025/2002 - Projeto de Lei do Ato Médico. Ainda com o sentimento de confirmar a importância da Psicologia, trabalhamos na consolidação do projeto *Conversando Sobre Adolescência e Contemporaneidade*, na organização da *Mostra de Práticas da Psicologia na Região da Serra*, em espaços de discussão e no reconhecimento de diferentes formas de atuação do psicólogo. ”

O CRPRS lança em nível estadual a Campanha Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, com o slogan O que é feito para excluir não pode incluir. O lançamento oficial enfatizou a promoção de ações integradas com entidades na luta pelos Direitos. O CRPRS, em conjunto com o Fórum Gaúcho de Saúde Mental e Assembleia Legislativa, promove o Seminário Loucura e Política em homenagem aos 13 anos da Reforma Psiquiátrica.

A inauguração da nova sede do CRPRS, na Avenida Protásio Alves, em Porto Alegre, foi marcada por muita emoção. Todos os ex-conselheiros de todas as gestões do CRP foram homenageados. O Grupo de Trabalho dos Psicólogos da Segurança Pública do CRPRS organiza o 1º Encontro Estadual de Psicologia e Segurança Pública. É lançada a 1ª edição do pocket book *Profissão Psicólogo: Caderno de Perguntas e Respostas*.



**Maria da Graça Jacques  
(Gestão 2004 - 2007)**

**Gestão coletiva e parceria  
com os funcionários**

“Ocupei a presidência do CRPRS de agosto de 2005 a agosto de 2006, período que coincidiu com a inauguração da atual sede. Esta foi uma das realizações prioritárias da gestão 2004/2007, pois representou um desafio e um compromisso com toda a categoria dos psicólogos. A efetivação da troca de sede foi resultado do trabalho conjunto de um grupo de pessoas, constituído pelos conselheiros titulares e suplentes. A gestão coletiva, que se expressou no rodízio de cargos da diretoria, e a parceria com o corpo de funcionários, foram no âmbito interno uma realização exitosa da gestão.”

**Neusa Guareschi  
(Gestão 2004 - 2007)**

**Debate crítico das práticas  
profissionais**

“Ao longo dos três anos da gestão Prapsis buscamos assumir um posicionamento ético, político e científico diante da Psicologia e dos profissionais desta área. Foram muitos os impasses, diversas as tarefas e grandes os desafios. Evidenciou-se o caráter político das práticas psicológicas, historicamente pouco discutido e apropriado pela categoria. A experiência corroborou a idéia de que a esfera política aciona e constrói espaços de produção de Psicologia, que decorrem de escolhas também políticas. Assumimos o compromisso de discutir as práticas profissionais da Psicologia de maneira crítica, realizando ações que permitissem à categoria experimentar movimentos de criação e desconstrução frente aos modos de viver deste tempo presente.”



## Muito mais que uma frase

Andrea Lucas Fagundes,  
Denise Macedo Ziliotto,  
Leticia Gianecchini,  
Liliana Rauber,  
Tatiana Guimarães Jacques

O desafio de comunicar fica significativamente mais complexo na medida em que não o entendemos como um processo que se estabelece logicamente, regrado e assegurado pelas vias da instrumentalização racional dos meios e pelo acerto no conteúdo da mensagem. O domínio, o controle de tal função, por ser eminentemente interativa, é continuamente derrocado pela desordem necessária à partilha onde, ao falar, podem-se dizer inúmeras e variadas e impensadas ideias, já que são por sua vez recebidas por tão díspares e singulares receptores. Reconhecendo de saída este engano – de que fosse possível comunicar – tratamos

de poder tornar, sintomaticamente, a mensagem menos perfeita. Se a opção não era pela captura do interlocutor – pois a comunicação não seria única, não seria homogênea, não teria uma referência ou uma só voz – a consequência então foi trabalhar no efeito de sustentar essa pluralidade e seus sonoros ruídos. Este relato compactua com este percurso, que permite idas e recuos, acertos, equívocos, facilidades e controvérsias.

Uma primeira intenção da comissão, na nossa gestão, foi buscar redirecionar a comunicação da condição de demanda majoritária dos eventos do CRP, para uma função informativa, de aproximação com os psicólogos. O entendimento que norteava nossas discussões apontava para a necessidade de ampliar o diálogo para além das atividades realizadas que conquistavam adesão daqueles que participavam do Conselho;

o intento era justamente poder buscar o contato com tantos outros que não participavam ou não se sentiam convocados pelas questões propostas pela entidade.

Nesta direção é que realizamos uma pesquisa com a categoria, em 2008, na tentativa de conhecer mais sobre o perfil de seus inscritos, sobre a relação destes com o Conselho e sobre as expectativas existentes acerca da atuação do CRP. Diante da multiplicidade de dados advindos desta investigação, confessamos que ainda não conseguimos utilizá-los em toda a sua potencialidade, mas os tomamos como balizadores de nossas ações, descentralizando oportunamente o saber que dispúnhamos até então para fazer comunicação. E, contrariamente a idealizações reconhecidas em nossas, também identificamos que o envolvimento para com o Conselho é uma opção, não uma condição da categoria. Dizendo de outra forma: embora a entidade seja de todos, são variadas as formas de atuação desejadas pelos nela inscritos, que podem vislumbrar espaços ou proposições na medida em que faça sentido o seu fazer psicologia na relação com o Conselho. E respeitar, levar em conta e trabalhar com tal evidência não é exatamente uma facilidade, quando a responsabilidade é representar esse todo.

Considerando o contexto, das possibilidades que acreditamos ser respondentes, priorizamos redimensionar o Entrelinhas e nossa presença na mídia. Identificando que nosso jornal trimestral é o instrumento de comunicação mais efetivo com a categoria, refletimos que poderia assumir um formato diferente, tendo em vista a característica acadêmica e reflexiva com que vinha desenvolvendo importantes contribuições sobre temáticas escolhidas. Sem abdicar destas características, mas coadunando-as com outras vertentes de expressão, foram destinados espaços para o acompanhamento das comissões, intensificadas as informações sobre ética e orientação, fomentadas as abordagens temáticas na reportagem central e compartilhadas as opiniões dos leitores numa sessão especial. Tal mosaico nos rendeu uma dificuldade persistente: fechar a edição na data aprazada. Analisando nossa implicação nesse indesejável funcionamento, até então, somente reconhecemos que

devemos seguir a mesma linha editorial e que precisamos qualificar nossa forma de colocá-la no papel. A intenção de explicitar o contraditório, as diferenças de posicionamento diante de temas com os quais a Psicologia se implica é um exercício contínuo, que não se estabelece sem desgastes e riscos, sem avanços permeados por recuos.

A presença na mídia foi apontada pela pesquisa como um valor para os psicólogos e confirmou nossa compreensão de que um diálogo maior precisava ser estabelecido, não só para e com a categoria mas, sobretudo, sobre a Psicologia e sua presença na sociedade. É nos ensejo de assinalar os 35 anos do CRPRS em 2009 que se visualiza a possibilidade de dar início ao estabelecimento de uma comunicação sistemática, dirigida e intencional, que pudesse expressar a existência e papel da entidade para um público mais amplo. Justamente nesse escopo que o slogan de nossa campanha “Escutando singularidades, Transformando realidades” é muito mais que uma frase. É uma marca que desejamos reconhecer nas práticas da categoria e na nossa representação, o que não se dá somente em feitos significativos, mas também nos pequenos gestos e proposições.

Sendo uma gestão que se intitula Plural, precisamos compartilhar que a aprendizagem da comunicação e de suas impossibilidades é algo insistente neste nosso tempo à frente do Conselho. Múltiplas e muitas vezes divergentes foram as ideias sobre o que dizer, a quem e quando fazê-lo. A inexistência de um discurso único refletiu na impossibilidade de definir prioridades em muitos momentos, em função das demandas concomitantes que eram defendidas em sua relevância. Neste contexto, a comunicação constantemente foi também protagonista de soluções, de conflitos, de questionamentos. Refletimos que nos distanciamos da premissa inicial de mantermos uma característica mais informativa, o que atribuímos justamente às características de grupo, da instituição e da dinâmica atinente. Com certeza, há muito a dizer, muito a escutar e ainda mais a transformar. Esperamos ter, singularmente, transmitido a complexidade do sempre imperfeito jogo de falar e ouvir, que pretensiosamente chamamos comunicação.

**Ivarlete Guimarães  
de França  
(Gestão 2007 - 2010)**

**Ampliando participação nas  
políticas públicas**

“Fiz parte da Diretoria do CRPRS, desde o primeiro ano da gestão Plural Psi, iniciada em setembro de 2007, como conselheira secretária. Nossa proposta era promover uma rotatividade anual entre os conselheiros que permitisse a todos vivenciar a experiência no espaço executivo do Conselho. Entretanto, no período de agosto de 2008 a 2009, permaneci por mais um ano na Diretoria na condição de conselheira presidente. Reconhecendo o compromisso social histórico da psicologia, num processo contínuo, plural e coletivo, que se consolida levado a cabo por todas as gestões que nos antecederam, considero que um dos grandes desafios da nossa gestão foi dar continuidade ao excelente trabalho de aquisição do patrimônio material do Conselho, que a gestão anterior havia deixado, cabendo-nos a tarefa de concluir as obras, com a construção do auditório e a ampliação dos espaços físicos e dos recursos humanos para melhor acolher as demandas da categoria. Além da gestão administrativa, organizacional, financeira e patrimonial, considero que uma grande marca do compromisso da nossa gestão foi promover a interiorização e, fundamentalmente, ampliar a participação da psicologia nas políticas públicas, especialmente, investindo mais no CREPOP como ferramenta de gestão e promovendo a participação dos psicólogos nos espaços de Controle Social, comprometidos com a sociedade como a principal destinatária das ações da psicologia.”

2007

O CRPRS realiza uma série de eventos para a reflexão sobre as relações entre a Psicologia e a Justiça, com palestras sobre os temas depoimento sem dano, o trabalho do psicólogo perito, mediação e conciliação, medidas sócio-educativas e relações trabalhistas. O depoimento sem dano foi pauta de importantes discussões promovidas pelo CRPRS.

2008

Em julho é organizada a Comissão Pró-Conferência de Comunicação, mobilizando entidades para a realização do Seminário Estadual Pró-Conferência de Comunicação. Entre os temas discutidos para avançar na democratização da comunicação, estavam a necessidade de um órgão regulador efetivamente representado pela sociedade, a produção de conteúdos humanizadores para a TV Digital e a ampliação do acesso da população à Internet de alta velocidade.





## Uma questão interinstitucional

Clarice Moreira da Silva,  
Karen Eidelwein,  
Lucio Garcia,  
Marcelo Duarte,  
Roger Soares Leal

A partir do segundo semestre de 2009, não somente os psicólogos do Rio Grande do Sul, mas também os estudantes de psicologia, passaram a contar com um dispositivo político essencial para a (re)construção do trabalho do psicólogo no Estado - o Grupo de Trabalho (GT) das Relações e Condições de Trabalho do Psicólogo. Um GT composto por membros do Conselho Regional de Psicologia do RS (CRPRS) – conselheiros e psicólogos técnicos –, dirigentes do Sindicato dos Psicólogos no Estado do RS (SIPERGS), membros da Sociedade de Psicologia do RS (SPRGS), estudantes e psicólogos da base.

A formação de um GT voltado para a discussão em torno das “rela-

ções e condições de trabalho do psicólogo” no RS decorre da constituição de um GT Nacional com mesmo nome dentro do Sistema Conselhos (Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais), a partir de deliberação da Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), ocorrida em Brasília, em maio de 2008.

As deliberações da APAF encontram-se em consonância com as deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), instância máxima deliberativa da categoria profissional, que acontece a cada três anos em Brasília e a partir do qual são elaboradas Teses que deverão orientar o exercício profissional durante os três anos subsequentes à sua realização. Desta forma, a criação tanto do GT Nacional quanto Regional sobre “relações e condições de trabalho do psicólogo”, decorre das teses encaminhadas ao VI CNP, realizado em Brasília, em junho de 2007, onde foram aprovadas três te-

ses relacionadas às Condições de Trabalho do Psicólogo, a partir das quais se deliberou uma série de ações que se encontram disponíveis no “Caderno de deliberações do VI CNP”.

### Políticas e encaminhamentos

Desde sua criação, em julho de 2009, o GT tem produzido políticas e encaminhamentos diversos para os psicólogos do RS, tais como: criação de uma Comissão Integrada de Estudantes de Psicologia do RS, composta pelas entidades representativas de classe (CRPRS, SIPERGS e SPRGS) e pelos estudantes de psicologia de diversas universidades do Estado, com o objetivo principal de reconhecer e promover a legitimidade dos estudantes como atores no processo de transformação política e social da profissão, considerando-os como “psicólogos” em formação; realização de diálogos sobre saúde suplementar, por meio de ações desenvolvidas em parceria

entre o SIPERGS e o CRPRS, além do mapeamento dos planos de saúde do RS para verificar a adequação dos mesmos à Resolução N.167 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); dentre outras ações que estão sendo planejadas como continuidade do trabalho.

Entretanto, mais do que compartilhar com a categoria as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo GT Regional, bem como pelo Nacional, cabe destacar a relevância da discussão da temática em questão dentro do Sistema Conselhos, em parceria com o Sindicato de Psicologia e demais instituições de referência para a profissão.

A discussão organizada e sistemática em torno das relações e condições de trabalho dos psicólogos historicamente vem sendo atribuição do Sindicato de Psicologia no RS. Diante de um contexto contemporâneo de mudanças na relação capital-trabalho, tendo como efeito a produção de relações e condições de trabalho cada vez mais precarizadas e multifacetadas, faz-se necessária a criação de estratégias coletivas para o enfrentamento de questões contemporâneas, que conformam o exercício profissional no seu cotidiano.

### Causas comuns

Em que pese o fato de Conselho e Sindicato possuírem atribuições distintas, o primeiro voltado à orientação e fiscalização profissional a partir dos preceitos ético-políticos que orientam o exercício da Psicologia enquanto Ciência e Profissão; e o segundo voltado ao fortalecimento da categoria profissional e à garantia das condições justas e adequadas para os trabalhadores psicólogos, dentro de uma lógica sócio-política de relações dos trabalhadores com as diversas formas de organização e poder da sociedade (incluindo a função negocial das relações de trabalho), a questão das “relações e condições de trabalho” apresenta-se como um aspecto da realidade que atravessa, compõe e, por vezes, compromete o exercício profissional dentro dos parâmetros éticos estabelecidos para a profissão.

Na prática, a importância da exis-

tência desse GT, para além das ações e atribuições das duas instituições individualmente, está no reconhecimento mútuo de uma entidade pela outra e na implicação ativa de ambas com causas comuns e fundamentais que atravessam a categoria que representam. O GT das “Relações e Condições de Trabalho” representa um avanço na postura das entidades profissionais, buscando ativamente dar conta de uma realidade complexa que exige um trabalho interinstitucional em benefício dos psicólogos do RS e da sociedade como um todo.

### Atendimento crítico

Desta forma, respeitando as finalidades de existência de cada uma das instituições representativas e de referência para a categoria profissional, buscamos fazer frente aos desafios contemporâneos do mundo do trabalho que também afetam todas as profissões. O desenvolvimento de um trabalho conjunto possibilita fortalecer a própria Psicologia, na medida em que se criam dispositivos que buscam garantir melhores relações e condições de trabalho para os psicólogos. Situação que repercute no bem-estar, na saúde e na dignidade do psicólogo trabalhador, possibilitando-lhe realizar adequadamente o compromisso ético-político da profissão, que se encontra voltado para o atendimento crítico e qualificado de necessidades da sociedade.

### NOTAS

<sup>1</sup>Disponível em: [http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios\\_080129\\_0194.html](http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/relatorios/relatorios_080129_0194.html). Ver Eixo III “Intervenção dos psicólogos”, Deliberação N.45 que contempla as Teses discutidas no VI CNP de N. 42, 43 e 44.

<sup>2</sup>Uma ação importante organizada pelo GT Nacional das Relações e Condições de Trabalho foi o Encontro Nacional sobre “Psicologia Crítica do Trabalho” ocorrido em 06 e 07 de novembro de 2009 em Belo Horizonte/MG.

**Karen Eidelwein**  
(Gestão 2007-2010)

*Ampla diversidade de pensamento*

“ Um dos fatos marcantes da nossa gestão começou ainda na fase eleitoral, pois tivemos duas chapas concorrendo. Isso foi significativo, pois mostrou um interesse maior da categoria na sua entidade representativa, com diferentes linhas de pensamento e de metodologia de trabalho. Outro aspecto a ser destacado foi o processo de interiorização do CRP, pois vem aumentando muito o número de instituições de ensino pelo interior do estado e conseqüentemente o de psicólogos. Nos preocupamos em estar mais perto da categoria, criar referências locais, além das subsedes que já temos em Caxias do Sul e Pelotas. Neste momento, está se consolidando a Região Central, com um núcleo em Santa Maria. No meu ano de gestão na Presidência, de 2007 a 2008, tivemos a ampliação da sede em Caxias para dar melhores condições de trabalho aos colegas da região da Serra. Também é importante lembrar a ampliação do número de conselheiros, que antes era de 18, entre titulares e suplentes. Em função do aumento do número de inscritos junto ao CRP, ampliamos para 26. E mantivemos a forma integrada de trabalhar, com os titulares e suplentes atuando juntos, pois a demanda é muito grande. O mais significativo de tudo, para mim, foi trabalhar com a diversidade de pensamento dentro do Conselho. Embora haja um alinhamento político, sempre há divergências de como encaminhar, e reflete o que também acontece na categoria. Entendo que o CRP tem que acolher a todos os psicólogos e às diversas psicologias. ”

2009 é eleito pelo Sistema Conselhos o Ano Temático da Psicoterapia, com a promoção de diversos eventos em nível regional, estadual e federal. Conselhos Federal e Regionais participam da I Conferência Nacional de Comunicação para debater e propor políticas públicas e fórmulas de controle público para a área. Construção de auditório marca os 35 anos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

A gestão Plural Psi encerra em setembro o triênio 2007-2010. Melhorias como a ampliação do espaço físico da sede e a expansão do quadro funcional resultaram em um Conselho mais ágil e próximo da categoria. O CRPRS levantou nesse período bandeiras como a Luta Antimanicomial, a defesa da Reforma Psiquiátrica, o combate ao Ato Médico, entre outras lutas, na perspectiva de uma sociedade mais justa e efetivamente cidadã.



# Um fazer fundamental dos psicólogos

Clair Ana Mariuza,  
Cristina Madeira,  
Lucio Garcia,  
Paulo Kroeff

A Avaliação Psicológica se confunde com a própria história da Psicologia. Antes mesmo da regulamentação da profissão, muitos profissionais com diferentes formações atuavam como psicometristas. Com o passar do tempo e a regulamentação da profissão de Psicólogo, passaram a desenvolver uma atividade muito complexa, atualmente denominada Avaliação Psicológica.

Devido à importância deste fazer do psicólogo, em 1980 o Conselho Federal de Psicologia criou a Comissão Nacional de Avaliação Psicológica. No âmbito do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, desde sua existência é antiga a busca de qualidade no processo de AP. Partindo desta preocupação, o CRPRS criou - seja na forma de Comissão Especial, seja como Grupo de Trabalho - estrutura própria com o objetivo de qualificar este processo.

## Encontros nacionais

Assim, através da criação da Comissão Especial de Métodos e Técnicas Psicológicas, o CRPRS promoveu nos anos de 1986 e 1987 o 1º e o 2º Encontro sobre Testes Psicológicos. O termo “regional” foi retirado da denominação do evento, pois se consolidou com a participação de profissionais de todo o país. Com estes encontros, descobriu-se uma carência de espaços de discussão e formação da temática dos testes psicológicos, não só no RS, mas em termos de Brasil.

A partir destes encontros em Porto Alegre, o CFP e vários outros conselhos regionais passaram a constituir comissões de avaliação psicológica. Muitas destas comissões auxiliaram na organização de eventos específicos sobre o tema.

A Comissão Especial de Métodos e Técnicas Psicológica do CRPRS deixou de existir, sendo substituída pela Comissão Especial de Avaliação Psicológica, que participou de discussões e elaboração de Resoluções, junto com os demais conselhos regionais e CFP. Pelo resgate histórico, verificou-se que a CEAP em determinada época foi extinta, sendo posteriormente reativada como Grupo de Trabalho em Avaliação Psicológica. Devido à demanda existente, posteriormente passou novamente à

condição de Comissão Especial, assim permanecendo até hoje.

## Debate e reflexão

Nos últimos anos, através da Comissão de Orientação e Fiscalização e da Comissão de Ética, o CRP identificou a necessidade fomentar maior discussão e reflexão sobre os procedimentos éticos e técnicos a serem utilizados na Avaliação Psicológica. Uma das questões que suscita dúvidas é a elaboração de documentos escritos e o encaminhamento e devolução dos mesmos. Em decorrência desta constatação, durante o ano de 2008 o Conselho Regional de Psicologia, por decisão de gestão, desenvolveu em todo o estado do RS rodadas de orientação aos psicólogos sobre o processo de Avaliação Psicológica.

A aproximação do CRPRS com a categoria de diferentes localidades, identificando suas necessidades, proporcionou ao Conselho o desencadear de uma reflexão crítica acerca do trabalho e da formação em avaliação psicológica, levando em conta as especificidades locais.

## Clareza de objetivos

Para realizar o planejamento do processo de AP, é necessário haver clareza sobre o seu objetivo. A partir daí, o psicólogo escolherá quais os instrumentos/ estratégias mais indicados para utilizar. Torna-se fundamental compreender que os testes psicológicos constituem um meio, e não um fim em si mesmo. Até porque, o procedimento de AP pode ser realizado sem a utilização dos testes.

Cabe lembrar que a Avaliação Psicológica é um processo técnico e científico aplicado a diferentes pessoas ou grupos – e de acordo com cada área do conhecimento psicológico, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica e constitui-se em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo - dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins aos quais a avaliação destina-se. (Cartilha sobre Avaliação Psicológica, CFP, p.8).

Na prática do processo de Avaliação Psicológica são coletadas informações que podem ser de diversas fontes, dependendo do objetivo desta AP, bem como dos contextos em que será realizada. As informações podem ser coletadas através de entrevistas

psicológicas, testes psicológicos, observações, análise de documentos.

## Função privativa

O diagnóstico decorrente de uma Avaliação Psicológica, na qual são utilizados métodos e técnicas psicológicas, é função privativa do Psicólogo, conforme determina a Lei nº 4119, de 27 agosto de 1962, que regulamenta a profissão, assim como a RESOLUÇÃO CFP nº 002/2003, que define teste psicológico como técnica privativa do psicólogo e regulamenta sua comercialização

Assim, o psicólogo que realiza o processo de avaliação psicológica deve conhecer a legislação pertinente, bem como as resoluções da profissão que tratam do tema, além de manter constante atualização quanto ao uso de testes psicológicos autorizados pelo CFP.

O constante aprimoramento técnico, assim como a necessária reflexão sobre a questão da avaliação psicológica nos diferentes contextos, como ferramenta a serviço do bem comum, distancia o profissional de conceituações preconceituosas ou que afetem os direitos humanos em todos os seus sentidos.

## Ética e técnica

Atualmente, o CRPRS mantém a Comissão Especial de Avaliação Psicológica, que tem como objetivo discutir assuntos referentes aos aspectos éticos e técnicos do processo e a sua prática. A Comissão promove discussões e orientações aos profissionais que realizam o processo de AP e a todos que buscarem informações sobre o processo, juntamente com as comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização. Além disso, participa de discussões e elaboração de resoluções, junto com os demais conselhos regionais e do CFP.

Consideramos o Processo de Avaliação Psicológica um dos fazeres fundamentais e exclusivos do psicólogo. Independentemente de sua área de atuação e campo de conhecimento, o profissional, em algum momento de seu fazer, deverá realizar um processo de avaliação psicológica. E para tanto, deve estar preparado.

## DADOS DOS AUTORES

ALINE HERNANDEZ  
Psicóloga.

ANA CAROLINA COELHO  
Psicóloga clínica e escolar. Coordenadora do Comitê de Psicologia e Educação pela Sociedade de Psicologia do RS (SPRGS). Especialização em Psicoterapia da Infância e Adolescência (CEAPIA), Especialização em violência doméstica contra crianças e adolescentes LACRI-USP.

ANA CRISTINA BRUM DA SILVA  
Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Setor de Educação Especial e Programa Primeira Infância Melhor). Especialista em Psicologia Social pela UFRGS.

ANA PAULA DE LIMA  
Graduação em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo, Psicanalista, Especialista em Saúde Pública pela ENSP em parceria com a ESP/RS, Concurada pela Superintendência dos Serviços Penitenciários/RS (Psicóloga).

ANDREA LUCAS FAGUNDES  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS (2007-2010, membro da Comissão de Comunicação do CRPRS. Mestre em Sociologia (UFRGS), especialista em Segurança Pública (UFRGS), formação em Dinâmica dos Grupos (SBDG).

ANTONIO DONATI  
Psicólogo pela ULBRA – Gravataí, realiza atendimento psicológico e institucional às escolas do Estado no município de Canoas, Atendimento clínico e consultoria institucional, Centro de Atenção Psicossocial – Caps ad – Canoas, Atendimento psicológico a pacientes e familiares, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

ANTONIO VICENTE MARTINS  
Advogado, Assessor Jurídico do CRPRS.

AURINEZ ROSPIDE SCHMITZ  
Psicóloga Especialista em Clínica e Transito, Pesquisadora associada ao Laboratório de Biotética e Ciência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, membro Efetivo do IEPP. Diretora da Sociedade de Psicologia do RS (1997-1999), membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

BÁRBARA DE SOUZA CONTE  
Doutora em Psicologia (UAM). Psicanalista. Membro Pleno e Presidente da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Conselheira do CRPRS (2004-2007), membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

CERES SIMONE SIMON  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS Gestão 2007/2010, ocupando o cargo de tesoureira entre 2007/2008, presidente da Comissão de Ética de 2007/2009, coordenadora do GT da Educação.

CLAIR ANA MARIUZA  
Psicóloga, Especialização em Diagnóstico Psicológico pela PUCRS, Especialista em Psicologia Clínica – CFP, Formação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica na Fundação Universitária Mário Martins, Mestre em Problemas e Patologias del Desvalimiento pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - UCES – Argentina, membro da Diretoria do CRPRS – Conselheira Tesoureira, Membro da Comissão de Ética, Presidente da Comissão de Avaliação Psicológica, Presidente da Comissão de Psicologia do Tránsito e Mobilidade Humana, Coordenadora do Grupo de Trabalho dos Formandos

CLARICE MOREIRA DA SILVA  
Psicóloga, Psicanalista, Membro Efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, conselheira do CRPRS gestão 2007/2010, ocupando o cargo de vice-presidente do CRPRS entre 2009/2010, presidente da Comissão da Psicoterapia e da Comissão de Ética do CRPRS.

CRISTINA ARMANI MADEIRA  
Psicóloga, Pós Graduada em Diagnóstico Psicológico PUCRS, Mestre em Psicologia USF-SP, membro da Comissão de Avaliação Psicológica

DENISE ZILIOOTTO  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS, membro da Comissão de Comunicação do CRPRS.

EDUARDA COELHO TORRES  
Psicóloga. Especialista em Psicossomática; integrante da equipe técnica do

Departamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria do Desenvolvimento Social de NH; membro da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática – Regional Sul; Conselheira do CRPRS Gestão 2007/2010, ocupando o cargo de Secretária do CRPRS entre 2009/2010, membro da Comissão da Psicoterapia.

FRANCISCO PEDRO E. PEREIRA DE SOUZA  
Bacharel em Filosofia (UFRGS), licenciado em Didática (UFRGS), psicólogo do SESME/Rio Grande do Sul (1950-1984), mestrado em Psicologia Clínica (Universidade de Kansas), mestrado em Administração Pública (Universidade do Sul da Califórnia), especialização em Desenvolvimento Organizacional, com ênfase na abordagem de Tavistock, NTL – Bethel, Maine, doutor em Ciências Administrativas e livre-docente em Psicologia Organizacional (UFRGS), membro associado da American Psychological Association, sócio fundador da SPRGS e seu presidente (1969 – 1970), professor aposentado de Psicologia aplicada à Administração (UFRGS), fundador do programa de pós-graduação em Administração (UFRGS, 1980 – 1982), eleito Conselheiro Federal (1980-1982) pelo CRPRS, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

HELENA SCARPARO  
Psicóloga. Docente do PPG da Faculdade de Psicologia da PUCRS.

HELOISA LOUREIRO  
Advogada, Assessora Jurídica do CRPRS.

HENRIQUE GHENO ZILLI  
Psicólogo, Conselheiro do CRPRS 2007/2010, especialista em Intervenções Psicossociais pela Universidade de Passo Fundo/RS, Residência em Saúde da Família e Comunidade pela Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição/RS e 3º ano opcional na Ênfase Gestão em Saúde Mental Coletiva da Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do RS. Trabalhou como Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de Camargo/RS de 2005 a 2006. Atualmente integra a equipe do Centro de Atenção Psicossocial Caminhos da Esperança de São Francisco de Paula/RS.

INÊS HENNIGEN  
Psicóloga pela UFRGS, Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS e Doutorado em Psicologia pela PUCRS. Atualmente é professora adjunta da UFRGS, PPG em Psicologia Social e Institucional.

ITALA M. SUAREZ DE PUGA  
Psicóloga especialista em Psicologia Institucional e Dinâmica de Grupo Professora Titular de Psicologia da PUC (1978-2007), Membro do Grupo de Assessoria em Psicologia Institucional da Pro Reitoria de Graduação da UFRGS (1976-1983), Diretora do Instituto de Psicologia da PUCRS (1982-1990), Coordenadora Geral dos cursos de Especialização do Instituto de Psicologia da PUC (1982-1988), Planejamento e Coordenação do Projeto de Melhoria da Formação do Psicólogo PUC (1982-1990), membro do Grupo que elaborou o Planejamento Estratégico da PUCRS, Fundadora e membro da diretoria do INDEEP Instituto de Desenvolvimento de Empresas, Equipes e Pessoas (1994-2010), Assessoria Institucional a Empresas, Grupos de estudo e Supervisão de Psicólogos em Psicologia Institucional 2010.

IVARLETE GUIMARÃES DE FRANÇA  
Psicóloga - Especialista em Saúde e Trabalho, Conselheira Referência para o CREPOP - Núcleo Local - CRPRS- RS, Presidente da Comissão de Políticas Públicas do CRPRS.

KAREN EIDELWEIN  
Psicóloga, Doutora em Serviço Social, Docente do Curso de Psicologia da FURG, Conselheira do CRPRS 2007-2010.

LETÍCIA GOLDENBERG GIANECHINI  
Psicóloga do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS.

LILIANA RAUBER  
Jornalista, Assessora de Comunicação do CRPRS de 2005 a 2010.

LOIVA MARIA DE BONI SANTOS  
Psicóloga, membro da Plenária do CRPRS

gestão 2007 - 2010, ocupando o cargo de presidente no período de 2009-2010. Mestranda em Psicologia Social pela UFRGS, Docente da Faculdade da Serra Gaúcha no Curso de Psicologia e Coordenadora da pós-graduação em Saúde Mental Coletiva. Supervisora Clínico Institucional em Saúde Mental pelo Ministério da Saúde. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo e Pós-graduada em Psicologia Social Comunitária pela UNIPAC – Universidade do Planalto Catarinense – Lages, SC. Especialização em Humanização da Atenção e da Gestão do SUS pela ESP/RS e Instituto de Psicologia da UFRGS.

LUCIO FERNANDO GARCIA  
Psicólogo e coordenador técnico do CRPRS.

LUÍSA PURICELLI PIRES  
Psicóloga clínica e institucional, formada pela PUCRS, atualmente cursando o CEP de PA – Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

MARCELO FIGUEIREDO DUARTE  
Estudante de Psicologia da UFRGS, Estagiário de Psicologia Política do SIPERGS, Membro da Comissão Organizadora do I Encontro Nacional dos Estudantes Antimanicomiais - Porto Alegre/2010, Permacultor.

MARIA DA GRAÇA CORRÊA JACQUES  
Psicóloga, doutora em Educação, pós-doutora em Psicologia Social, professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conselheira e membro da diretoria do CRPRS de 2004 a 2007, ocupando os cargos de presidente, vice-presidente e secretária; tesoureira de 2003 a 2005 na Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) e Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul (SIPERGS). Atualmente, pesquisadora e professora de Cursos de Especialização em Saúde do Trabalhador, com um conjunto de publicações e conferências sobre o tema da saúde mental no trabalho.

MARIA FERNANDA HENEMANN  
Psicóloga Escolar, Diretora Sócio-cultural da SPRGS (2007-2009), Mestrado em Educação pela PUCRS.

MATEUS CEMIN RECH  
Psicólogo, especialista em Psicologia Clínica, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

MÍRIAM SIMINOVICH  
Psicóloga, Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Credenciada pela Polícia Federal em avaliações para o porte de arma, atua na área de avaliações psicológicas e em segurança privada, membro da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS.

NEUSA CHARDOSIM  
Psicóloga, especialista em psicoterapia psicanalítica; atua na área de avaliação psicológica em concursos; credenciada pela Polícia Federal para realização de avaliação psicológica para porte de arma. Membro da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS.

NIRA LOPES ACQUAVIVA  
Psicóloga Clínica, membro fundador, docente e supervisora do DOMUS, Centro de Terapia de Casal e Família. Introdutora da 1ª cadeira de Terapia Familiar no RS. Membro da Comissão da Psicoterapia do CRPRS.

PAULA GÜNTZEL  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS na gestão 2007/2010, especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Atenção Básica pela Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do RS, 3º ano opcional na Ênfase em Gestão dos Serviços de Saúde/Atenção Básica em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do RS. Trabalhou no Centro de Atenção Psicossocial II – Grupo Nosso Espaço, em Passo Fundo, de 2001 a 2004 e no Centro de Saúde Mental de Sapucaia do Sul de 2009 a 2010.

PAULO KROEFF  
Psicólogo, Psicoterapeuta, Especialista em Terapia de Casal e Família, Mestre em Educação, Doutor em Psicologia, Professor convidado do curso de Especialização em Terapia de Casal e Família da Clínica

de Atendimento Psicológico da UFRGS, Professor aposentado do Instituto de Psicologia da UFRGS, Conselheiro do CRPRS na gestão 1980/1983, Presidente do Conselho Estadual dos Diretores da Pessoa com Deficiência, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

PEDRO JOSÉ PACHECO  
Psicólogo, Conselheiro do CRPRS na gestão 2007/2010, especialista em Psicologia Jurídica (CFP), Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), doutorando em Psicologia (PUCRS) professor universitário (URI – Campus Santiago) e conselheiro coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRPRS.

ROGER LEAL SOARES  
Psicólogo – ULBRA Canoas, Acompanhante Terapêutico – Estratégia da Saúde da Família CASSI, Especialista em Psicoterapia Cognitivo – Comportamental – WP, Pós Graduado em Acupuntura – CBES, Diretor de Políticas Sindicais – SIPERGS, Vice Presidente – FENAPSI.

ROSA VERONESE  
Licenciatura plena em pedagogia, Bacharelado em Psicologia, Formação em clínica, Especialização em Psicopedagogia, Mestranda em ciências da educação.

ROSÂNGELA SOARES  
Psicóloga, mestre e doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

SANDRA RUTE SILVA MARTINS  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS na gestão 2007/2010, Psicoterapeuta, Especialização em Terapia de Casal e de Família, Especialização em Psicologia Social e Institucional, membro da Comissão da Psicoterapia.

SILVIA GIUGLIANI  
Psicóloga formada pela PUCRS. Atualmente trabalha como Assessora Técnica do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – instância do CRPRS. Realiza assessoria a projetos sociais nas áreas da infância, juventude, família, interseccionalidade, redes sociais e políticas públicas.

SIMONE FRAGOSO COUREL  
Psicóloga, com especialização em psicopedagogia pela UCB-RJ, atuante em psicologia clínica e psicologia educacional em escolas municipais do município de Nova Petrópolis – RS.

SIMONE DA SILVA MACHADO  
Psicóloga, Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS, Diretora do N.E.A.P.C – Núcleo de Estudos e Atendimento em Psicoterapias Cognitivas (Porto Alegre), Membro Fundador da Federação Brasileira de Terapias Cognitivas – FBTC, Membro fundador da ABS – Associação Brasileira de Stress, Professora e supervisora clínica do Curso de Psicologia / UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, Coordenadora do APTA – Ambulatório de Pesquisas e Tratamentos da Ansiedade e do LAIPPSI – Laboratório de Investigações dos Processos Psicofisiológicos / UNISC, Membro da Sociedade Internacional de Ansiedade e Estrés, Conselheira e parecerista de Periódicos Científicos, Vistoriadora MEC/ SINAES e ABEP, membro da Comissão de Psicoterapia do CRPRS.

TATIANA GUIMARÃES JACQUES  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS na gestão 2007/2010, membro da Comissão de Comunicação e da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRPRS, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS, Psicanalista, participante da APOA, membro da Equipe do Serviço de Atendimento do CEFI, Docente da UNISINOS 2000-2010.

VERA LÚCIA PASINI  
Psicóloga, Conselheira do CRPRS na gestão 2004/2007, Mestre em Psicologia Social e Doutora em Psicologia pela PUC/RS, trabalhadora em saúde no Hospital N. Sra. Conceição, onde trabalhou como Psicóloga da Unidade Divina Providência do Serviço de Saúde Comunitária, de 1993 a 2003, Coordenou a Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (RIS/GHC) no período de 2005 a 2009 e atualmente é Assistente de Coordenação de Ensino da Gerência de Ensino e Pesquisa do GHC. Coordenou o GT Residências do CRP RS, no período de 2006 a 2008.